

4

PODER

Trabalho imaterial: a máquina produtiva do capitalismo cognitivo

Desde o primeiro capítulo que o processo de criação desta tese vem se desenrolando em analogia à criação de obras artísticas, entendida a criação artística como decorrente da autonomia completa do sujeito, portanto, trabalho totalmente autônomo na definição do seu conteúdo, de suas finalidades e organização, assim como na definição da estrutura de produção. Retomando a expressão usada pelos filósofos gregos e repensada por Marx, o trabalho intelectual vive o reino da liberdade, uma vez que não se realiza visando à compensação das necessidades básicas de sobrevivência do criador, mas sim ao seu próprio aperfeiçoamento e ao da humanidade inteira. Portanto, se encaixa na noção de trabalho imaterial que faz desaparecer as separações como aquela que se estabeleceu entre atividade produtiva de um lado, realizada em uma parte do tempo, e vida e aperfeiçoamento de si mesmo de outro lado, no tempo livre restante, desde que o trabalho assalariado se tornou a base das relações de produção; que permite ao criador viver em unidade consigo mesmo e em harmonia com seu objeto de trabalho: a criação artística. Nesse processo foram utilizadas analogias com a obra audiovisual – imagem em movimento – e sua característica de obra coletiva que conta com a contribuição de vários autores que se coordenam na sua criação e que instiga o olhar de longa duração na observação de mudanças; com a obra dramática e a transformação da sua linguagem até o ponto do cenário ou pano de fundo se transformar em parte integrante do espetáculo e assim desempenhar indiscriminadamente as funções de ator e autor¹; com a literatura e o amplo universo de fantasia que oferece ao leitor, produzindo, dessa forma, múltiplos microcosmos povoados pelas relações estabelecidas entre

¹ A distinção entre ator e autor aqui mencionada é aquela definida por Hobbes em *Leviatã* (2003, pág. 139) e comentada no terceiro capítulo, pág. 209 acima.

autores e leitores na realização de trabalho imaterial. Da mesma forma, nesse processo, a fim de esclarecer detalhes sobre o método de análise, sobre a diferença das finalidades e do uso da história baseada nos fatos e da história construída a partir dos questionamentos a respeito do que se depreende das contingências específicas em que os fatos se desdobram, foram feitas analogias com a experiência de incorporação dos equipamentos e inovações tecnológicas no processo de criação artística, seguindo o raciocínio de Walter Benjamim² quando explica a diferença do elo entre ator e público na interpretação da obra dramática, e entre ator e câmera na interpretação que é parte da obra audiovisual, e quando demonstra a transformação no processo criativo provocada pela introdução de inovações tecnológicas que fornecem novos meios de fixação da obra artística e de reprodução mecânica, deixando de existir, ou de ter importância, a diferença entre original e cópia.

Depois de abordados tantos assuntos, e feitas tantas analogias com a criação de obras artísticas das mais diversas naturezas, chegamos ao ponto do plano inicial que previa uma síntese entre os inúmeros temas abordados, na forma de um contraponto, fazendo parecer interessante uma analogia com a obra musical, mais especificamente um estilo musical que chega ao auge no final do século dezessete. Como argumento recorrente em todos os capítulos, aparece a transformação da atmosfera mental que se dá na modernidade e que, a partir de uma visão de longa duração, afirma-se ter durado três séculos para se completar³. Como antes já comentado, faz parte dessa transformação de atmosfera mental a substituição da escala pitagórica⁴ pela escala temperada como referência para a

² Ver em <http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/benjamin.htm>.o artigo de Walter Benjamim *The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction* (1936) no qual discute a invenção da fotografia e do filme, ou de formas de linguagem artística que incorporam a atuação de máquinas desenvolvidas pelo trabalho intelectual do homem sempre em busca de seu próprio aprimoramento a ser estendido ou compartilhado com a humanidade inteira.

³ Para alguns autores como Fernand Braudel (1996) e Peter Burke (2003) a transformação de atmosfera se realiza em dois séculos, o longo século XVI (1450-1650). Para J.B.Bury (1932), a transformação de atmosfera mental que corresponde ao desenvolvimento da modernidade se completou em três séculos. José Luiz Fiori (2007), afirma que o “longo século XVI”, entendido como o período entre 1450-1650, serve como referência para Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi do período em que se completa a transição para o capitalismo, em paralelo à formação dos Estados e economias nacionais, como a “vitoriosa expansão mundial dos europeus”. (Fiori, 2007, pág. 14). Vale lembrar que a obra de Hobbes “Leviatã” foi publicada em 1651 e o tratado de John Locke no qual apresenta sua teoria da propriedade em 1690.

⁴ A referência à mudança produzida pela adoção da escala temperada tem aqui um sentido semelhante ao que Benjamim transmite quando fala da transformação do processo criativo gerado pela introdução de novos equipamentos na criação e reprodução de obras. A escala temperada

construção e afinação dos instrumentos musicais, o abandono na arte da música das melodias modais e lineares e sua substituição pela linguagem tonal e polifônica. Ou seja, faz parte da transformação da atmosfera mental, a possibilidade de se colocar para conversar várias vozes que, apesar de serem atraídas pelo mesmo centro tonal, são autônomas, construindo cada uma o seu discurso, ou sua melodia, a partir da contraposição às outras e a criação de uma obra por um autor que organiza, dá forma e transmite o conjunto formado pelas diversas vozes que dialogam em contraponto, sob sua direção. As várias vozes em questão correspondem aos vários temas abordados ao longo de toda tese – discutidos cada um a partir de perspectivas diversas e autônomas, apesar de atraídas pelo mesmo centro – e as conclusões decorrentes do debate acerca de cada um deles. O contraponto se constrói visando responder a pergunta inicialmente apresentada, ou o quadro resumido logo no primeiro parágrafo da introdução, a respeito da transformação dos processos de trabalho promovidos pelas inovações tecnológicas do final do século vinte e seus efeitos na promoção de transformações sociais ontológicas e para a economia política internacional em novo estágio da acumulação capitalista que se optou por chamar capitalismo cognitivo⁵.

permite o desenvolvimento da música tonal que em resumo é formada por doze sons que mantêm entre si distância idêntica formando um sistema que gira em torno de um centro determinante de onde todos os outros sons divergem ou para onde convergem, de acordo com as funções de cada um deles determinada pelo centro tonal. Em outras palavras, o processo de desenvolvimento da música tonal pode ser observado como parte do processo que vem sendo mostrado nesta tese como a passagem para e o efetivo desenrolar da modernidade, em paralelo ao desenvolvimento do sistema capitalista e as relações de produção por ele determinadas e do sistema moderno de Estados com poder político centralizado, seguindo a mesma linha de raciocínio, guardadas as devidas diferenças e especificidades, dos autores mencionados na nota nº 3 acima.

⁵ Adotamos o termo “capitalismo cognitivo” para sintetizar o atual estágio do conjunto de relações políticas, econômicas e sociais do capitalismo a partir de Negri e Gorz e os comentários que fazem em suas várias obras abordadas em capítulos anteriores sobre o termo e seu uso por outros tantos autores, especialmente aqueles que discutem o conceito de trabalho imaterial e o processo de desmaterialização do trabalho característico dessa nova configuração do capitalismo em constante movimento de expansão global. Autores que se inserem no grupo cujo debate tem como motivação, ou pano de fundo, ou como objeto a transformação do trabalho gerada pela revolução tecnológica, ou mais especificamente o trabalho imaterial – seu conceito, sua relação com categorias gerais prevalentes na análise econômica e política tais como valor e capital e seus efeitos na promoção de uma nova ontologia social, bem como na economia política do sistema internacional – usam também termos como “capitalismo digital” e “ciber-capitalismo”. O uso desses termos, em geral, decorre de uma visão mais radical dos argumentos dos autores que cunharam originalmente o termo e escreveram os textos fundadores, responsáveis pelo desenvolvimento do conceito de trabalho imaterial como um elemento central na análise do atual estágio da atividade produtiva.

O plano traçado para este capítulo, resumidamente, consiste em reunir o conceito complexo de trabalho imaterial e os efeitos por ele produzidos e até aqui sistematizados para o sistema internacional e para a sociedade do conhecimento. Mais especificamente consiste em produzir uma análise a respeito dos efeitos econômicos, sociais e políticos da transformação do trabalho que acompanham as inovações tecnológicas do fim do século vinte para a Economia Política, tanto do ponto de vista teórico como prático, em sua dimensão cosmopolítica⁶ e da política internacional. Assim, interessa efetivamente saber qual a natureza do poder que o trabalho imaterial produz, qual a sua fonte e o que determina sua distribuição. Mais do que isso, nesse capítulo interessa saber como a transformação em questão afeta na realidade a estrutura de distribuição de poder fornecido pela atividade produtiva que prevalecia antes. Em sentido amplo estamos diante de uma questão multifacetada porque envolve a expansão global do capitalismo como face econômica do processo político de expansão do sistema internacional formado por unidades nacionais, embalada pela revolução da tecnologia da informação e comunicação, que, ao mesmo tempo, é motor de outra natureza de expansão observada e explicada com base em critérios imateriais. Dessa forma, trata-se de uma questão cuja explicação procura obrigatoriamente a síntese da economia e da política dentro de um espaço de investigação da vida social cuja compreensão e representação se transformam juntamente com o desenvolvimento da tecnologia que viabiliza a acumulação infinita de informações, o controle remoto de uma grande quantidade de atividades mecânicas produtivas e a comunicação global instantânea.

Primeiramente recapitulamos os temas abordados e discutidos, tratados aqui como elementos de um problema, que precisam ser organizados, e entre os quais se estabelecem nexos de causalidade que pretendemos entender e sistematizar com a finalidade de avançar no conhecimento a respeito da atividade produtiva e a produção de riqueza e poder em uma nova configuração da economia política internacional. Estamos falando de um novo estágio do

⁶ O termo “cosmopolítico”, tomado de empréstimo de List, é usado aqui para se referir à humanidade inteira, ou seja, a observação das práticas produtivas e o sistema conceitual usado para representar a realidade a fim de produzir teoria consideram a humanidade como um todo e não um conjunto formado por diversas unidades em busca, cada uma, de seu interesse individual. List discute o tema no segundo livro de sua obra *The National System of Political Economy*, publicada em 1841.

desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, de profundas mudanças sociais, considerando-se, para fins de análise, a sociedade em abstrato, além dos limites do conceito de soberania, bem como das noções de internacional, transnacional, global, ao invés disso, definida ontologicamente pela produção e uso intensivo do conhecimento em toda atividade produtiva, inclusive a de reprodução da própria força produtiva, de criação de novas subjetividades e sistemas de significados, deixando a atividade produtiva de ser entendida e considerada de acordo com uma racionalidade estritamente econômica, ou definitivamente presa à política entre as nações. Partimos da idéia de que ocorre efetivamente um processo de transformação do trabalho (sua estrutura, suas finalidades e organização) promovido pelas novas tecnologias, sem que seja necessário comprovar tal mudança. Se a mudança assume o papel de pressuposto, resta questionar qual a sua natureza e quais seus efeitos? Resumidamente podemos dizer que se concluiu que a transformação é de tal natureza que se expressa pela desmaterialização da atividade humana que requer, em todos os seus aspectos e manifestações, o uso intensivo de um corpo cada vez mais amplo e sofisticado de conhecimento, tornando-se o trabalho imaterial dominante e determinante de transformações sociais complexas e de uma nova forma de acumulação capitalista.

Sobre os efeitos produzidos pela transformação da atividade produtiva através da qual o trabalho imaterial se torna predominante, concluímos primeiramente que o trabalho imaterial produz também valor não economicamente apreciável criando, assim, problemas para o conceito de valor conforme desenvolvido e usado nas várias versões da teoria de valor que integram o pensamento econômico do longo período observado. Os valores não economicamente apreciáveis, não cabíveis nos limites impostos pelo direito de propriedade, produzidos e reproduzidos sem que para isso seja necessário o apoio de um aparato jurídico legal que permita a identificação e alocação de recursos dos sujeitos que os produzem, são as novas subjetividades que integram o conjunto de características de uma nova sociedade; assim como o cenário onde vive essa nova sociedade e uma nova noção e experiência do tempo. Personagens, atores e cenário são produto do trabalho imaterial, valor incomensurável, não traduzível em valor de troca, porém portador de valor de uso, produzido e reproduzido longe de uma esfera institucional, independentemente de princípios,

normas e regras, ou mesmo de consenso a respeito de como devem funcionar as relações que giram em torno da produção dessa natureza de valor. O contraponto se desenvolve, portanto, na tentativa de diálogo com finalidade de síntese, entre a atividade produtiva entendida e considerada em termos exclusivamente econômicos, orientada pela lógica do poder ao mesmo tempo em que desempenha papel de fornecedora de recursos de poder, e a atividade produtiva em sentido amplo, independentemente da finalidade, da estrutura de organização, da natureza de poder que alimenta e que vive fora da esfera institucional do sistema internacional, ou melhor, diz respeito à humanidade inteira, à sociedade do conhecimento, e não à maneira como um determinado país se organiza para melhorar suas condições de produção de riqueza e poder.

Por outro lado, não se pode deixar de levar em conta que a nova natureza do trabalho promove a transformação das relações de produção e o desenvolvimento de uma nova estrutura de acumulação capitalista. Conseqüentemente, considerando atividade produtiva como elemento chave na produção e distribuição de riqueza e poder no sistema internacional, decorre daí logicamente que as mudanças da atividade produtiva produzem efeitos diretos na estrutura da economia política internacional; em outras palavras, o trabalho imaterial produz novas naturezas de poder, ou de recursos que se expressam por meios diversos daqueles que conhecemos atuando no sistema internacional durante o longo período que vem sendo analisado (do século quinze até a passagem para o século vinte e um). Por aí se desenvolve um contraponto entre um espaço analítico que é povoado pela humanidade inteira, definido independentemente de considerações territoriais, espaciais e temporais, e outro espaço ocupado pelos países em busca de obter para si as melhores vantagens com a organização e estrutura de distribuição dos resultados da nova natureza do trabalho, neste caso considerado nos limites de sua função de produção de riqueza e poder.

Em resumo, estamos diante de um problema complexo e ao se organizarem os seus vários elementos em forma de contraponto podemos dizer que duas das combinações são as principais neste capítulo. Em poucas palavras trata-se de um contraponto entre valor economicamente apreciável e sujeito aos dilemas decorrentes de uma racionalidade estritamente econômica e valor incomensurável, expresso através de outros meios e fornecedor de novas naturezas

de poder, e uma segunda contraposição entre espaços analíticos de naturezas diversas: sociedade do conhecimento, na qual o trabalho imaterial se desenvolve em todos os seus aspectos e produz valores de todos os tipos, e sistema internacional no qual os dilemas da nova forma de acumulação capitalista se manifestam exclusivamente na sua face econômica resultante, por sua vez, de relações políticas entre Estados e outros atores influentes na economia política internacional. Explicando mais detalhadamente, o primeiro contraponto diz respeito à relação entre trabalho imaterial e valor que, por sua vez, se apresenta problemática em dois aspectos. O primeiro aspecto do problema se explica por critérios estabelecidos pela racionalidade econômica e se manifesta como um novo dilema do capitalismo: parte do resultado do trabalho imaterial, mais especificamente aquele que produz conhecimento, tem como principal característica custo alto de criação e custo baixo ou inexistente de reprodução, esvaziando a força do direito de propriedade como fator de identificação e alocação de recursos. O segundo aspecto problemático extrapola a racionalidade econômica e diz respeito tanto ao trabalho imaterial que não se fixa e não se transforma em trabalho morto para então ser introduzido no mundo das mercadorias – porque é consumido enquanto realizado, através de relações pessoais – como ao trabalho que produz bens intangíveis abstratos aos quais não é possível atribuir valor de troca, conservando, porém valor imaterial, como a produção de novas subjetividades e sistemas de significados, de novas representações do espaço e de novas experiências de tempo. O problema que a transformação do trabalho representa para o conceito de valor se desdobra em questões relacionadas à criação de novas fontes e formas de poder, tanto no espaço analítico mencionado acima como sociedade do conhecimento, como no sistema internacional. Este é o tema da segunda parte deste capítulo em busca de resposta ao questionamento central acerca dos efeitos produzidos pela transformação do trabalho provocada pela revolução tecnológica do fim do século vinte sobre a Economia Política Internacional – do ponto de vista teórico deste campo de estudo específico, ou do quadro atual das relações internacionais observadas a partir da síntese da economia e da política – e sobre as relações sociais da humanidade considerada em dimensão cosmopolítica.

A outra combinação de elementos entre os quais se estabelece um contraponto diz respeito à distinção que vem sendo feito dos reflexos da

transformação do trabalho sobre a produção de uma nova sociedade com características diversas daquela que se chamou de sociedade industrial (se o critério de classificação diz respeito às características prevaletentes da atividade produtiva) e sobre a economia política internacional. Como já se comentou logo aqui acima, dessa forma são colocados para dialogar e a se definir através desse diálogo espaços analíticos diversos: a sociedade do conhecimento e o sistema internacional. Essa discussão é anterior àquela explicada no parágrafo acima e, por isso, ocupa a primeira parte deste capítulo. Os efeitos econômicos e políticos da desmaterialização da atividade humana que se manifestam simultaneamente, de maneiras diferentes, sobre espaços analíticos de naturezas diversas podem ser resumidos em um novo modo de acumulação capitalista, ainda mais flexível, o capitalismo cognitivo assim resumido: conhecimento como elemento central da economia que se orienta pela ética e a lei do mercado, realização de uma agenda neoliberal, resumida, por sua vez, em prevalência dos contratos sobre a lei, do judiciário sobre o legislativo, privatização pela desapropriação, ou desapropriação do comum pela redução de todas as formas de propriedade a uma única e hegemônica, a propriedade privada exclusivista.

O regime da propriedade intelectual, que atua como mecanismo causal na dinâmica da economia política internacional (no âmbito do sistema internacional), retrata esta tendência, da mesma forma que indica estarem esgotados os argumentos e as justificativas que usam a propriedade intelectual como receita de sucesso e garantia de desenvolvimento, diante do uso efetivo que se tornou possível fazer desses bens intangíveis. O interesse individual aparece demasiadamente privilegiado em detrimento do interesse coletivo – agora definido e mantido em dinâmica de constante mutação através de interações de natureza diversa daquelas que tradicionalmente consideramos em processos sociais, viabilizadas pelas novas vias e formas de comunicação – fazendo o regime como um todo tomar um novo sentido ou se tornar alvo fácil de críticas e desafios. O dilema da propriedade intelectual se apresenta basicamente em termos econômicos resumido em alto custo de produção inicial e custo baixo ou inexistente de reprodução de um bem de importância central para a economia internacional. No entanto, a observação e análise da desmaterialização do trabalho, e do processo pelo qual o trabalho imaterial se torna predominante, demonstra que certos efeitos são relevantes especificamente por sua força

constituente de uma nova sociedade que se constrói a partir de referências imateriais quanto à definição do espaço que ocupa, à vivência do tempo, à noção de trabalho (suas finalidades, organização e estrutura) e das subjetividades que a integram. Portanto, as questões que a desmaterialização da atividade produtiva apresenta para a sociedade do conhecimento vão além das contradições e dilemas do capitalismo cognitivo conforme acima resumido, ou, ao contrário, o termo precisa ser entendido de forma mais ampla se a intenção for incluir todas as questões relacionadas à atividade produtiva no espaço dominado por ele.

A partir desse raciocínio, se desenha outro contraponto entre propriedade intelectual e trabalho imaterial, na verdade, parte da contraposição entre os espaços analíticos de natureza diversa, ou uma das maneiras de explicá-la. Em princípio podemos entender que a propriedade intelectual está contida, ou é uma das faces do trabalho imaterial predominante e hegemônico na sociedade do conhecimento. No entanto, é a face do trabalho imaterial que depende de uma determinada definição do espaço analítico limitada aos termos do sistema internacional, ou melhor, se manifesta e tem relevância para a economia política internacional, enquanto as outras faces do trabalho imaterial extrapolam qualquer forma de limitação e restrição por meio de direito de propriedade, ou de outras formas de contenção institucional e territorial, produzindo riqueza que não se traduz integralmente por meios econômicos e que não diz respeito a um território específico, ou espaço definido territorialmente, e nem ao controle de determinados recursos de poder. Portanto, conclui-se que o trabalho imaterial considerado sob todos os seus aspectos simultaneamente se torna predominante no cenário por ele produzido, entendido aqui como a sociedade do conhecimento, definida em contraponto ao sistema internacional onde persistem os aspectos econômicos dos dilemas determinados politicamente através da manifestação dos recursos de poder gerados pelo trabalho que produz conhecimento e, ao mesmo tempo é realizado mediante o uso intensivo de conhecimento.

1. Contrapontos: economia cosmopolítica x economia política internacional; sociedade do conhecimento x sistema internacional; trabalho imaterial x propriedade intelectual

Friedrich List abre o segundo livro, dedicado à teoria, de sua grande obra *The National System of Political Economy* (1841) com um comentário sobre as práticas da economia política que antes de Quesnay e os economistas franceses eram exercidas somente pelos oficiais do Estado, administradores, e autores que escreviam sobre os problemas da administração, se ocupavam exclusivamente da agricultura, manufaturas, comércio e navegação dos seus países, sem cuidar de analisar as causas da riqueza ou tomar em consideração os interesses da humanidade como um todo. Segundo List, os franceses a partir de Quesnay foram os primeiros a estender suas investigações a toda raça humana, sem considerar a nação como um elemento importante em suas análises. Dessa forma, List alega que para Quesnay existe uma república comercial formada por todos os comerciantes do mundo, como se fosse um mundo em paralelo, dedicado somente às trocas, a despeito da necessidade ou do desejo de uma nação de se sobrepôr à outra na acumulação de riqueza e poder. Na mesma linha de raciocínio de List, ressaltadas as diferenças, José Luis Fiori afirma:

“(...) [N]ão há como explicar ou deduzir a necessidade da acumulação de lucro e da riqueza, a partir do “mercado mundial” ou do “jogo das trocas”. Mesmo que os homens tivessem uma propensão natural para trocar – como pensava Adam Smith –, isso não implicaria necessariamente que eles também tivessem uma propensão natural para acumular lucro, riqueza e capital. Por que não existe nenhum “fator intrínseco” à troca e ao mercado que explique a decisão de acumular e a universalização dos próprios mercados. (...) [A] força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do “jogo das trocas”, ou do próprio mercado, (...). Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela “acumulação de poder” (...). (José Luis Fiori, 2007, pág. 16).

Para os fins da análise que iniciamos aqui, a crítica de List à idéia de Quesnay de considerar possível a existência de uma república comercial sem política, parece bastante adequada para discutir os efeitos das transformações analisadas ao longo de toda a tese para o desenvolvimento ou a própria existência da sociedade do conhecimento, em oposição à idéia de uma economia política internacional na qual prevalecem os Estados como personagens atuando em busca

cada um de melhorar seus próprios recursos de riqueza e poder no sistema, ou que, em última instância, se organiza a partir da relação entre autoridade e mercado, independentemente da natureza da autoridade e das fontes que alimentam seus recursos de poder. A imagem, o cenário, ou os elementos que integram o espaço analítico que List chama de cosmopolítico fornece um rico material para a elaboração de um modelo de análise da economia política da sociedade do conhecimento entendida conforme o debate levado adiante na segunda seção do primeiro capítulo e cujas conclusões são agora retomadas. List afirma que a tese de Quesnay diz respeito a uma ciência que ensina como a humanidade inteira deve atuar para obter a prosperidade em oposição à economia política, ou aquela ciência que limita seus ensinamentos às respostas para os questionamentos acerca de como uma dada nação, dependendo das condições e circunstâncias específicas de seu território e dos seus arredores, pode obter prosperidade, civilização e poder por meio da agricultura, indústria e comércio, ou da atividade produtiva em geral.

Para os fins da construção de um diálogo através do qual se definem por contraposição espaços analíticos diversos e em muitos aspectos incompatíveis, vamos assumir que a economia política internacional é a moldura teórica na qual se desenha como cenário o sistema internacional, enquanto a economia cosmopolítica sustenta o quadro no qual o cenário é a sociedade do conhecimento⁷. Neste sentido, vale esclarecer que o sistema internacional corresponde a um espaço onde se processam de forma sistêmica interações de diversas naturezas entre agrupamentos sociais definidos politicamente, que começa a se delinear por volta do século quinze em uma conjuntura histórica na qual a sobreposição de uma série de eventos provoca um impulso nas relações de comércio, nos movimentos de expansão territorial, na produção e acumulação de

⁷ O conceito de “sociedade do conhecimento” adotado na presente discussão, com a finalidade de compor um contraponto na forma explicada na introdução a este capítulo, é aquele considerado mais amplo, definido por uma epistemologia própria e que é percebida pela análise de Gorz, Negri e outros autores citados no primeiro capítulo que discutem o conceito e os efeitos do trabalho imaterial (ver terceira seção do Capítulo 1, págs. 78 – 101) a partir de uma lente sociológica descompromissada da moldura teórica da economia definida por critérios materiais e que supera a visão estruturalista. O conceito mais amplo aqui referido decorre também da comparação com o conceito estreito definido dentro do quadro teórico da Economia Política Internacional, considerando-se o modelo de Susan Strange (1988) como referência, conforme usado por Christopher May no debate acerca da existência de uma sociedade transformada na sua natureza, chamada “sociedade da informação” (ver a segunda seção do Capítulo 1, págs. 50 – 77).

riqueza e na difusão do conhecimento. A partir daí configura-se o sistema internacional moderno que está em constante mutação em sentido expansivo ininterrupto relativamente ao número de unidades constituintes e ao espaço que ocupa. À expansão externa do sistema corresponde a sua fragmentação interna. Não se trata de debater questões relacionadas com a delimitação de um tempo e um espaço de análise definido como sistema internacional moderno. Ou pelo menos, qualquer idéia elaborada com a finalidade de contribuir com o diálogo entre as várias questões apresentadas até aqui não se prenderá a critérios temporais e espaciais na forma como tradicionalmente os dois elementos são usados nas análises de transformações sociais, e nem a qualquer critério estático. Estamos em busca de explicação para mudanças que tem como uma das principais características a desmaterialização, e, dessa forma, incluímos as variáveis tempo e espaço, conforme o caso, nessa categoria desmaterializada, passando as novas subjetividades produzidas pelo trabalho imaterial a atuar nas definições de conteúdo, finalidades e estrutura do quadro analítico em foco. A delimitação de molduras teóricas distintas visa determinar os elementos que serão reunidos para explicar como os processos que transformam a atividade humana produtiva se conectam e estabelecem laços de causalidade quando colocados no espaço definido como o sistema internacional e em outra dimensão aqui resumida como a sociedade do conhecimento. Dessa forma, poderemos na segunda parte analisar finalmente os efeitos do trabalho imaterial em termos de novas formas de produção de riqueza e de um novo conceito de valor, assim como na promoção de outras naturezas de poder e suas respectivas fontes de alimentação e vias de manifestação e exercício, em cada um dos espaços emoldurados.

Retomando assuntos discutidos em capítulos anteriores e que agora reaparecem nessa tentativa de relacionar os múltiplos aspectos considerados em cada um dos temas, alguns pontos conclusivos precisam ser lembrados. Por exemplo, vale lembrar que o sistema internacional considerado amplamente nos seus aspectos sociais, políticos e econômicos opera em um hiperespaço no qual vive a sociedade do conhecimento⁸ e cuja definição resulta do trabalho imaterial

⁸ O contraponto entre sistema internacional e a sociedade do conhecimento é por si só um problema teórico que pode ser inserido no debate que vem se desenvolvendo no campo das RI sobre internacional x global, ou nos termos de List “cosmopolítica x política internacional”. Nesse sentido, podemos dizer que a discussão se encaixa no campo de debate das teorias comunitaristas x

de criação de novas representações do espaço e uma nova atmosfera mental apropriada para o desdobramento das transformações cujas interações são relevantes para os fins do debate aqui proposto. No entanto, é importante ressaltar que assumimos que o primeiro não está subsumido no segundo. Em suma, mais do que entrar em detalhes a respeito das origens e da natureza do sistema internacional e sobre a definição de seus elementos constitutivos, é importante organizar aqueles identificados como relevantes para a síntese que se pretende fazer. A identificação dos elementos e sua organização interessam na medida em que apontam os mecanismos de interação entre eles, bem como os efeitos dessas interações para cada um e para o sistema. A interação sistêmica, por sua vez, interessa somente na sua face que revela a estrutura e os métodos de distribuição de poder e na medida em que possa colocar luz na discussão a respeito de ser este – os efeitos da transformação da atividade produtiva – um tema de estudo da ciência política ou econômica, e se deve ser analisado do ponto de vista do sistema ou das unidades que o integram.

Segundo José Luis Fiori, na década de noventa a utopia da globalização ganhou força através da crença e do discurso em favor do multilateralismo e da paz. No entanto, com o advento do terrorismo na virada do século vinte e um, a crença e o discurso utópicos se enfraquecem e a guerra volta a fazer parte do cotidiano do sistema internacional. Nos termos da discussão esboçada na

cosmopolitas, globalistas x céticos (críticos e conservadores), e outros, nenhum deles abordado nesse estudo. A pergunta relevante para a presente discussão é se o sistema internacional está subsumido no espaço global, ou mais precisamente no hiperespaço onde vive a sociedade do conhecimento, ou no Império de Negri e Hardt, ou na sociedade em rede definida por outros autores e por movimentos sociais que se organizam fora da lógica da relação autoridade / mercado e se definem sobre o pressuposto da existência de uma sociedade do conhecimento conectada em rede, que permite o contato instantâneo e infinito entre indivíduos que compartilham idéias, trocam trabalho imaterial e ao mesmo tempo inclui todos os aspectos da atividade humana na lógica dessa nova forma do capitalismo. Para os fins dessa discussão, o problema enunciado é abordado a partir das conclusões resumidas no final da segunda seção do primeiro capítulo e nos limites em que a existência e a definição do espaço internacional representam uma das contradições constitutivas da sociedade do conhecimento – por mais que seja muito complicado demonstrar essa idéia considerando que mantemos a distinção de molduras teóricas ou epistemologias (uma que dá conta da produção de novas subjetividades e sistemas de significados e novas representações de espaço e tempo e outra que dá conta da produção de riqueza e poder no sistema internacional expandido no seu contorno externo). A possibilidade de situar o espaço internacional/global – definido na perspectiva teórica da Economia Política – no hiperespaço ocupado pela sociedade do conhecimento atribuindo ao primeiro uma função de contradição constitutiva do segundo pode apontar para a síntese pretendida e, ao mesmo tempo afasta a idéia de subsunção do um no outro, o que desperdiçaria o esforço teórico e o conhecimento produzido nos limites da Economia Política Internacional como campo de estudo autônomo a respeito da atividade produtiva em um quadro de expansão global de uma nova forma de acumulação capitalista, aqui chamado o capitalismo cognitivo.

introdução a este capítulo, a utopia da globalização – quando considerada em seu aspecto imaterial como conjunto de crenças e desejos a serem realizadas quando e se alcançadas determinadas condições – produz efeitos sobre a sociedade do conhecimento, enquanto seu fim pela efetiva retomada da guerra e pelo “projeto explícito de poder global, unipolar e quase-imperial”⁹ (Fiori, 2007, pág.9) que os Estados Unidos levam adiante – ambos considerados em seus aspectos estritamente materiais: em termos de gastos dos Estados e suas formas de custeio, ou de produção de recursos – dizem respeito ao sistema internacional e à lógica e à racionalidade da economia política internacional. A utopia da globalização a que o autor se refere se identifica em certos pontos com o que tratamos no terceiro capítulo como utopia neoliberal definida a partir da breve história do neoliberalismo de David Harvey (2005). O cenário de realização da utopia é um espaço livre da atuação do poder do Estado e do conflito entre capital e trabalho, bem como dos obstáculos representados pela atuação do tempo e do espaço. A utopia representa, portanto, a libertação de limitações materiais, o que significa dizer que é elaborada a partir de referências materiais. Em contraponto, na sociedade do conhecimento as referências vivem um processo de desmaterialização, são produtos do trabalho imaterial. Fiori afirma, assim como de certa forma Harvey inclui em suas previsões relativamente ao avanço da agenda neoliberal, que o fim da utopia é marcado por uma retomada de políticas nacionalistas e disputas hegemônicas. Apesar disso, observa-se a retomada do crescimento da economia mundial nesse mesmo período (Fiori, 2007, pág.9), sendo certo que a economia internacional neste caso não pode ser entendida como o produto agregado do trabalho da humanidade inteira, isto é, não diz respeito à economia cosmopolítica e a república comercial de Quesnay e os outros economistas franceses, muito menos ao conjunto de resultados da atividade produtiva da sociedade do conhecimento. O que significa dizer, em outras palavras, que diferentemente do que prega o discurso neoliberal, o crescimento da economia internacional não foi obstaculizado, ao contrário, contou, e, portanto, resulta da atuação dos Estados através da retomada de políticas nacionalistas e das disputas hegemônicas acima mencionadas.

⁹ José Luis Fiori em *O Poder Global* (2007), busca a elaboração de um conceito de poder global a ser deduzido de uma teoria da acumulação de poder e riqueza que fornece a interpretação da história do sistema mundial formado a partir da Europa do século XVI em diante.

Seguindo essa linha de raciocínio, porém do ponto de vista estrito da filosofia política, podemos afirmar que a utopia da globalização que Fiori diz ter sido frustrada na virada do século vinte e um, depois de uma década de suposto sucesso do multilateralismo e da agenda neoliberal conforme Harvey (2005) demonstra, tem suas raízes na paz perpétua defendida por Immanuel Kant em ensaio intitulado *Perpetual Peace: a Philosophical Sketch* (1795)¹⁰. Na segunda seção Kant elabora os artigos definitivos para a paz perpétua entre os Estados. Sendo assim, entende-se que, ainda que Kant se mantenha no campo das idéias, sua referência ou ponto de partida é material, se baseia no Estado moderno com poder político centralizado¹¹. Os artigos definitivos prescrevem que as constituições de todos os Estados devem ser republicanas, as leis das nações adequadas a uma federação de Estados livres e a lei dos cidadãos do mundo limitada às condições de hospitalidade universal. Portanto, Kant leva adiante a idéia de um direito cosmopolita¹², adequado à humanidade inteira como meio de alcançar a paz perpétua. A república comercial de Quesnay sem dúvida se encaixa na Federação de Estados livres e republicanos de Kant e pode ser regulada pelo direito cosmopolita que ele prescreve.

A partir dessa idéia propomos observar os arranjos institucionais que interferem nas interações de comércio e de disputa de poder, isto é, nas relações econômicas e políticas entre pessoas e países. O jogo das trocas se dá a partir da mercadoria produzida por quem participa do mercado cuja existência e funcionamento decorrem da aplicação de certas regras e costumes¹³; a produção

¹⁰ A obra está disponível na Internet. A edição aqui analisada pode ser acessada em <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/kant/kant1.htm>

¹¹ Segundo o *Dicionário Kant* de Howard Caygill “em *Metafísica dos Costumes*, Kant descreveu a paz perpétua como o “sumo bem político” e uma idéia da razão prática em relação à qual “devemos agir como se fosse algo real, embora talvez não o seja”. Em *Metafísica dos Costumes* e *A Paz Perpétua* é definida como um “fim de hostilidades” quer entre seres humanos no estado de natureza ou entre nações em um estado de guerra”. (Jorge Zahar Editor, 2000, pág. 251).

¹² Em uma nota de pé de página de *A Paz Perpétua* Kant afirma que todas as constituições jurídicas se resumem a três tipos, considerando as pessoas que se encontram a elas submetidas. O terceiro tipo é: “(3) The constitution conforming to the law of world citizenship, so far as men and states are considered as citizens of a universal state of men, in their external mutual relationships (*ius cosmopoliticum*).” (Immanuel Kant, *Perpetual Peace: a Philosophical Sketch* (1795), nota de pé de página nº 3, edição eletrônica @ <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/kant/kant1.htm>).

¹³ As regras e costumes do comércio internacional têm origem no direito romano, mais especificamente no que chamavam de *Ius Gentium*, ou “Direito das Gentes”. O direito romano era imperial, isto é, não tratava da relação entre países, mas dos vários aspectos das relações entre as pessoas e entre pessoas e coisas, na esfera pública e privada. Para alguns autores o *Ius Gentium* constitui as raízes do Direito Internacional que se desenvolve a partir da consolidação e expansão

de mercadoria, para os fins da presente análise, se faz de acordo com o modo de produção capitalista cuja plena realização requer uma estrutura jurídica de apoio. Além de incidirem na estrutura do modo de produção capitalista, incidem sobre a distribuição dos resultados da atividade produtiva como um todo (nacional, internacional, ou da humanidade inteira) forças que se expressam por meio de instituições que, por sua vez, têm sua dinâmica própria de poder. Refiro-me especificamente ao direito de propriedade, que nos termos de Kant¹⁴ integra o direito cosmopolita dos cidadãos do mundo inteiro, cujo conceito elaborado ao longo do tempo gera uma superestrutura jurídica que assume diferentes funções de acordo com as circunstâncias, tais como: garantia de permanência de uma federação livre de Estados, instrumento de identificação e alocação de recursos de poder, método de criação de valor econômico, princípio fundamental do comércio internacional, elemento essencial da estrutura interna do modo de produção capitalista por garantir a apropriação do trabalho e da mais-valia produzida por ele. Ou seja, o direito de propriedade tem sua face puramente política e seu viés econômico. Além disso, assume função política de delimitação territorial, o que faz com que o direito de propriedade seja equiparado à soberania e contribua para a compreensão da idéia de nacional e internacional como duas faces da mesma moeda, uma territorial e outra não.

Kurt Burch, que defende uma abordagem teórica construtivista para explicar a criação e desenvolvimento do sistema internacional, alega que os atores do século dezessete construíram Estados e um sistema de Estados, através da

do sistema de Estados modernos europeus ao longo do período tratado aqui como de transformação de atmosfera mental que caracteriza a modernidade. Ao aceitar essa evolução, se aceita, ao mesmo tempo, que o Direito Internacional tem origem e fundamentos cosmopolíticos. Para Kant o *Ius Gentium* diz respeito às leis das nações nas relações umas com as outras, o que nos leva a concluir que para Kant as relações entre nações se limitam, ou se fundam nas relações comerciais. Entre os três tipos de constituições jurídicas mencionadas na nota 11 acima, Kant define assim o segundo: “(2) The constitution conforming to the law of nations in their relation to one another (*ius gentium*).” (Immanuel Kant, *Perpetual Peace: a Philosophical Sketch* (1795), nota de pé de página nº 3, edição eletrônica @ <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/kant/kant1.htm>).

¹⁴ Diferentemente de John Locke (1690), Kant dispensa o sistema de justificativas convencionais ao sistema de propriedade, tanto a justificativa de conquista militar, como do trabalho. Segundo o *Dicionário Kant* de Howard Caygill, “Kant preferiu distanciar do objeto possuído a sua justificação do direito de propriedade e concentrar-se nas reivindicações contra outros direitos que a propriedade consubstancia. O direito de um indivíduo à propriedade é aquele que todos os outros indivíduos estão obrigados a respeitar” (Jorge Zahar Editor, 2000, pág. 264), isto é, pode ser imposto contra todos. Conclui-se que Kant não apóia o direito nas razões pelas quais existe, mas sim na extensão da força e do poder que fornece.

elaboração do conceito de soberania e da separação conceitual entre política e economia com a finalidade de demarcar e legitimar campos sociais aparentemente distintos. O direito de propriedade – consistindo de regras sociais que identificam e alocam recursos – forneceu o elemento-chave para a construção do quadro conceitual e da visão de mundo moderna através da qual foi possível fazer a separação entre economia e política. A soberania inicialmente era entendida como um direito de propriedade da autoridade, ou de quem tivesse o poder de determinar a regra. A separação dos direitos de propriedade em imóvel e móvel colaborou para a criação do fundamento conceitual que justifica a distinção teórica entre a política do sistema de estados territoriais e a economia do sistema capitalista internacional (Burch, 1998). O ponto que aqui se observa é que ao fazer uma analogia com a propriedade imóvel e móvel para explicar uma separação, Burch chega a uma síntese da economia política global porque a política, o poder, a soberania, a coerção que estão definitivamente relacionados ao território, conseqüentemente à propriedade imóvel, produzem efeitos na economia, no mercado, no valor, no trabalho imaterial ligados ao capitalismo fluido, desterritorializado, conseqüentemente à propriedade móvel. Dessa forma, a análise da economia política global passa pela relação entre propriedade imóvel e propriedade móvel, do valor e do poder que delas decorre e as contradições que essa relação envolve.

Abrimos um parêntese para comentar que a relação propriedade imóvel e móvel, entendida em termos de relação entre a política nacional/internacional e a economia nacional/internacional, aponta outro aspecto que faz parte de toda a problemática em foco que diz respeito ao significado do internacional perante o global, e, ainda, ao que vem sendo chamado de sociedade do conhecimento. O internacional pressupõe o nacional, ou os dois são faces da mesma moeda, o que é a mesma coisa que dizer que a propriedade imóvel sustenta a superestrutura jurídica que viabiliza a soberania e seu exercício em suas duas faces – interna e externa – relativamente tanto à produção e circulação de riqueza, como ao fornecimento de segurança, e à distribuição de resultados políticos e econômicos. A distinção entre propriedade imóvel e móvel proposta por Burch, deve ser entendida, portanto, como a distinção entre territorial e não territorial, com a finalidade de contribuir com a divisão entre político e econômico. O que importa da tese de Burch para os fins dessa discussão é sua idéia de que o direito de

propriedade, como fonte da soberania, é fundamental na construção do sistema internacional, e que a separação entre propriedade imóvel e móvel é fundamental para sustentar a distinção clássica entre política e economia. A partir das idéias de Burch acrescenta-se que a propriedade móvel, que pode ter como objeto um bem intangível, sustenta o capitalismo fluido desterritorializado e surge como fonte de poder na estrutura de distribuição dos resultados da atividade produtiva na economia política do sistema internacional expandido globalmente, assim como representa um desafio teórico relativamente ao efetivo exercício do direito de propriedade na sociedade do conhecimento.

Vale voltar à observação a respeito da afirmação de Fiori de que depois dos atentados terroristas de 2001 a utopia da globalização, que alegamos ter origem na idéia de paz perpétua de Kant, tende a ser substituída por políticas nacionalistas e protecionistas, sem prejuízo do crescimento da economia internacional. Portanto, a expansão global do sistema internacional e do capitalismo que vem se efetivando não contradiz o que se afirmou a respeito da frustração da utopia da globalização. A utopia da globalização, conforme já se comentou, se encaixa na agenda neoliberal que se coloca como inevitável, mas, de acordo com o que mostra Fiori, pode não ser. Por outro lado, aproveitamos a repetição do argumento para estendê-lo ao contraponto em construção e para isso observa-se a utopia em detalhe a fim de separar os aspectos que fracassaram porque não garantiram a paz perpétua que deveria ser alcançada pela adoção das regras prescritas nos artigos definitivos de Kant, dos aspectos da utopia da globalização que se realizaram. Esses últimos não se limitam simplesmente aos pontos da agenda neoliberal que foram efetivamente levados adiante, mas principalmente aos efeitos provocados pelas inovações tecnológicas que mudam radicalmente a noção e a experiência do tempo e do espaço, do individual e do coletivo, tornam o trabalho imaterial predominante, e, assim, provocam uma profunda transformação social representada pelo crescimento da sociedade do conhecimento definida por critérios exclusivamente imateriais. No sentido que Fiori dá ao termo globalização, a utopia fracassou totalmente. No sentido que buscamos aqui pela contraposição dos dois espaços analíticos – sistema internacional x sociedade do conhecimento – a utopia em parte se realizou, ao promover o desenvolvimento de uma sociedade de indivíduos cuja atividade produtiva resulta não somente em valor economicamente apreciável e poder a ser

usado por uns contra os outros, mas na própria construção do cenário em que vive, dos seus atores, autores e suas respectivas relações mediadas por um corpo gigantesco de conhecimento armazenado e catalogado em bases de dados, somado a um saber geral em constante produção e canais de comunicação instantâneos e de alcance global. Explicando melhor, e retomando argumentos e conclusões anteriormente comentados, os aspectos da utopia da globalização que insistimos ter se realizado só podem assim ser compreendidos quando colocados no cenário sintetizado como sociedade do conhecimento conforme o conceito amplo abordado na segunda seção do primeiro capítulo dessa tese, e analisados a partir de critérios próprios deste cenário e dos elementos que se enquadram em uma moldura teórica sociológica, isto é, de investigação da vida da sociedade em todos os seus aspectos, cuja estrutura não se constrói sob orientação de uma racionalidade estritamente econômica e com referências materiais. Em outras palavras, os aspectos que estamos tentando identificar são aqueles que se definem e se expressam por meios e critérios imateriais.

Ainda no argumento de Fiori, a economia está definitivamente ligada à política, o mercado mundial não se desenrola simplesmente através do jogo das trocas¹⁵ entre as pessoas que habitam uma república comercial. Portanto, por este argumento os aspectos da utopia que foram frustrados são aqueles que apostavam no desenvolvimento de um sistema de governança global, apolítico, representado pelas relações multilaterais pacíficas orientadas pelas regras de livre comércio da OMC. Retomamos o modelo de Polanyi (1944) comentado anteriormente que, resumidamente, alega que no século dezenove a economia internacional se expandiu e a sociedade internacional viveu longos períodos de paz, em um movimento de globalização apoiado na seguinte estrutura: visando a ampliação do mercado doméstico para o âmbito internacional, as sociedades economicamente desenvolvidas adotaram o padrão-ouro para unificar a economia mundial; sobre o sistema criado pelo padrão-ouro, foi erigida uma superestrutura política com base no equilíbrio de poder, que evitou guerras prolongadas e generalizadas; como criação política doméstica do mercado auto-regulável surge o Estado liberal. O mercado auto-regulável, inevitavelmente gera distorções que obrigam a sociedade a adotar medidas de proteção, que atingem a atividade industrial, atuando

¹⁵ Ver citação do texto de Fiori (2007) na abertura desta seção.

conseqüentemente sobre o mercado, e finalmente sobre a relação Estado-sociedade, formando um círculo vicioso, ou um dilema. Esse dilema impulsiona o sistema de mercado, ao mesmo tempo em que acaba gerando um colapso na organização social que nele se apóia afetando, por sua vez, o Estado liberal, ou mais do que isso estimulando uma atuação política menos liberal do Estado. Daí questiona-se como e por que o século dezenove teria transcorrido praticamente em paz, pelo menos no que diz respeito aos grandes conflitos internacionais, promovendo o fortalecimento da utopia da globalização?

Para Polanyi, o século dezenove transcorreu em paz entre as grandes potências da época, não simplesmente porque faltassem razões para o conflito, mas porque na primeira metade do século estavam ocupadas com as revoltas internas; na segunda metade estavam ocupadas com o progresso e o desenvolvimento tecnológico que gerou grandes transformações sociais. E foram essas transformações sociais que tornaram possível a criação do mercado auto-regulável. No que diz respeito à estrutura política do sistema internacional, o equilíbrio de poder tomou características novas, passando a operar em função da paz e não mais, como tradicionalmente, em função de conflitos que eram mantidos sob controle através das coalizões que uma vez formadas mantinham o equilíbrio de forças. A partir da Revolução Francesa e com todas as forças sociais que ela colocou em movimento juntamente com a Revolução Industrial, surge um real interesse pela paz motivado pelo desejo de ampliação do comércio e da economia mundial. Resultados da modernidade, da expansão do capitalismo, das inovações tecnológicas e do progresso que a “civilização do século dezenove” colocou em marcha. Na sua análise sobre a estrutura institucional da sociedade do século dezenove Polanyi mostra que o dinheiro é uma mercadoria diferente do trabalho e da terra, em torno da qual foram adotadas políticas específicas. O sofisticado sistema financeiro internacional do século dezenove permitiu que o dinheiro fosse tratado como um direito que podia ser transferido além das fronteiras nacionais. A circulação internacional de direitos era menos problemática do que a circulação de bens materiais e pessoas. Os problemas relacionados com o transporte, com a tecnologia de comunicação e de circulação de mercadorias contribuíam para esse tipo de diferenciação. Além disso, a circulação de um direito permite a “desterritorialização” da propriedade, quer dizer, torna possível a imposição de um direito de propriedade,

independentemente do lugar onde o bem se encontre, e assim colabora para a fluidez do capitalismo. Por se tratar de um bem imaterial, a separação do bem e do direito se torna ainda mais nítida, e, conseqüentemente, reforça a idéia de que o direito de propriedade pode ser imposto independentemente da nacionalidade do titular, ou do fato de ele estar ou não na posse do objeto sobre o qual recai seu direito. Mais adiante, por se tratar de bem intangível a posse como um aspecto da propriedade deixa de existir, ou se torna indiferente e vazia. Vale lembrar que isso só pode acontecer em um ambiente em que normas e regras são eficazes em razão da própria configuração e natureza do ambiente no qual são aplicadas, neste caso específico da “desterritorialização” da propriedade, em ambiente no qual se realizam as condições para o desenvolvimento do capitalismo em sua fase desmaterializada, como por exemplo, o exercício efetivo do poder fornecido por um sistema sofisticado e inclusivo – no sentido de atingir a todos pela privatização, deixando de existir um espaço de fuga ou de vivência alternativa – de proteção à propriedade intelectual.

Conclui-se que Polanyi adota uma abordagem histórica cujo fio condutor é a arquitetura político-institucional, suas conseqüências econômicas, e a estrutura de distribuição de resultados gerada por ela, em termos de poder ou de riqueza. Para ele, um determinado arranjo político-institucional provoca conseqüências políticas e econômicas, traduzidas em recursos de poder em uma e em outra área de interação entre os atores do sistema. Assim, da mesma forma que Polanyi demonstra que o sistema financeiro forneceu soluções para as crises cíclicas do capitalismo advindas das suas necessidades infinitamente expansionistas e garantiu durante um período a paz, permitindo assim o desenvolvimento da indústria e da riqueza e conseqüentemente do comércio internacional, podemos concluir que no fim do século vinte a tecnologia da informação e da comunicação, com base em arranjos institucionais sustentados por direito de propriedade privada sobre bens intangíveis resultantes dos novos processos de trabalho, viabiliza a produção de riqueza e a solução para os problemas da expansão capitalista através dos meios de difusão globais que fornece. Da mesma forma que a distribuição de resultados gerados por aquela arquitetura institucional que Polanyi descreve gerou sua própria ruína com o advento das duas grandes guerras, a distribuição dos resultados na sociedade do conhecimento, nos limites da atuação de regimes jurídicos que integram o sistema internacional e interferem nas relações

internacionais, também não se faz de forma equilibrada evidenciando a atuação de recursos de poder cuja fonte é o conhecimento. Como se manifestará o conflito promovido por esta situação de desequilíbrio ainda é uma pergunta para a qual não se tem resposta. Por outro lado, já se pode reconhecer que existe outra dimensão da atividade produtiva, da mesma forma profundamente transformada pelas inovações tecnológicas, mas, que, no entanto, produz outra natureza de recursos que não obrigatoriamente são economicamente apreciáveis, e cuja distribuição não se dá com base nos critérios políticos tradicionalmente considerados nas questões da economia política internacional e não carece, nem decorre de arranjos institucionais previamente estabelecidos no âmbito da interação entre Estados através de acordos multilaterais. Estamos falando, portanto, do trabalho imaterial, em sua noção ampla e complexa, e sua força constituinte da sociedade do conhecimento, dimensões de análise que não cabem na idéia de utopia da globalização deduzida dos argumentos de Fiori e Polanyi acima discutidos, bem como os de List quando critica as visões cosmopolíticas, lembrando, porém, que sua crítica se dirige à confusão teórica de alguns autores a respeito do que se refere à humanidade como um todo e o que se limita a uma nação, e não à perspectiva teórica cosmopolítica propriamente dita.

Retomando o comentário de List, não faz sentido ter de imaginar que existe uma república universal para poder entender a idéia de livre comércio, conforme ele afirma ser a recomendação de J.B.Say. Essa idéia para List decorre da doutrina cosmopolítica e conforme já foi considerado em outra parte deste estudo poderia ser aplicada a alguns aspectos da atividade produtiva em seu estágio atual de uso intensivo do conhecimento e à idéia de sociedade do conhecimento aqui em contraponto com a noção de sistema internacional. A dura crítica teórica que List faz à escola clássica visa inicialmente à obra de Say. Ele observa que ao dar o nome de economia política ao que de fato era economia cosmopolítica, Say produz o efeito de por intermédio da transposição dos temas fazer também a transposição do significado e assim mascara uma série de graves erros teóricos¹⁶. Reunindo os vários argumentos até aqui apresentados podemos

¹⁶ No terceiro livro, na crítica que faz a J.B.Say, List (1841) reproduz o seguinte trecho do sistema criado pelo autor criticado: “the constitution of countries cannot be taken into account in respect to Political Economy; that the people have become rich, and become poor, under every form of government; that the only important point is, that its administration should be good.” Ainda no

dizer que o erro teórico que a transposição da noção cosmopolítica para a economia política internacional poderia provocar se expressaria na idéia de subsunção do sistema internacional na sociedade do conhecimento, esvaziando assim o contraponto e a possível síntese que dele queremos retirar acerca dos múltiplos efeitos gerados pela completa transformação da atividade produtiva. Ainda como parte de sua crítica a J.B.Say, List comenta que o único aspecto verdadeiramente original de sua tese é a inclusão dos trabalhadores mentais no conjunto das forças produtivas. No entanto, sua justificativa para fazer isso de acordo com List é absurda já que se resume ao fato desses trabalhadores serem remunerados e consumirem valores de troca. Para List trabalhadores mentais não produzem valores de troca e só podemos considerá-los produtivos enquanto tratarmos o poder produtivo da nação como riqueza nacional e não simplesmente o conjunto de valores de troca produzidos. Assim ele conclui que “a prosperidade nacional não consiste na posse de valores de troca, mas no poder de produzir, assim como a riqueza do pescador não consiste na posse de peixe, mas na habilidade e nos meios de continuamente pescar peixes para satisfazer seus desejos” (List, 1841, Livro III, capítulo 32).

No quarto livro List apresenta uma lista de regras de ouro adotadas pela Inglaterra em seu sistema de economia política que permitiram ao país atingir o pleno desenvolvimento e uma posição de hegemonia no sistema internacional e, ao mesmo tempo, pregar a adoção pelos outros, inclusive suas colônias, de políticas liberais na economia e na política. Para List, este é um mecanismo de muita sabedoria para evitar que terceiros possam de qualquer forma ameaçar sua hegemonia em algum setor da economia. A força política da Inglaterra para List decorre diretamente da sua capacidade de produzir riqueza e assim ele demonstra como os resultados da atividade produtiva são transformados em recursos de

terceiro livro List escreve a seguinte mensagem para J.B.Say: “We must say to M. Jean Baptiste Say at the outset that political economy is not, in our opinion, that science which teaches only how values in exchange are produced by individuals, distributed among them, and consumed by them; we say to him that a statesman will know and must know, over and above that, how the productive powers of a whole nation can be awakened, increased, and protected, and how on the other hand they are weakened, laid to sleep, or utterly destroyed; and how by means of those national productive powers the national resources can be utilized in the wisest and best manner so as to produce national existence, national independence, national prosperity, national strength, national culture, and a national future” (Friedrich List, *The National System of Political Economy*, Livro 3, capítulo 32, 1841 - <http://cepa.newschool.edu/het/profiles/list.htm> - reprodução da tradução de Sampson S. Lloyd, publicada em 1885).

poder. Ele diz que “é um dispositivo inteligente muito comum alguém que tenha alcançado o cume da grandeza puxar a escada que o levou ao topo a fim de privar os outros do meio de subir atrás. Aí mora o segredo da doutrina cosmopolítica de Adam Smith e das tendências extremamente cosmopolíticas de seus contemporâneos William Pitt e de todos os seus sucessores na administração do Governo Britânico” (List 1841, livro 4, capítulo 33). Conclui-se que List quer dizer que a doutrina cosmopolítica funciona no discurso, como norma prescritiva para os outros, com finalidade de fortalecer a economia política – que normalmente é protecionista, especialmente no que se refere à própria capacidade produtiva e aos meios de reprodução da força produtiva – de quem assim prega. Nesse sentido a doutrina cosmopolítica orienta a utopia da globalização que Fiori diz ter sido frustrada na virada do século vinte e um, e o projeto neoliberal que Harvey afirma ter florescido na década de 1990, apesar de lutar contra fatos e circunstâncias como aqueles apontados por Fiori, que o colocam em risco. Essa imagem de “puxar a escada” transportada para a situação que enseja a discussão em curso nos leva a concluir que na atual circunstância, e de acordo com a lógica da economia política internacional, aqueles que têm a capacidade de produzir conhecimento e de controlar a tecnologia de catalogação e armazenamento e as vias de comunicação pregam, por meio de uma doutrina cosmopolítica com as características acima apontadas, a importância do conhecimento para o desenvolvimento da humanidade, porém sua verdadeira finalidade é criar valor para o bem que produzem com vantagem. Por isso, têm uma clara tendência e desejo de “puxar a escada” para evitar que aqueles que não têm venham a produzir seu próprio conhecimento e assim escapar da situação de submissão imposta por aqueles que têm. Portanto, na medida em que o trabalho imaterial possa ser disciplinado por direito de propriedade e assim se traduzir em valor, seus resultados serão imobilizados ou “territorializados” e transformados em recurso de poder, e, assim, quem conseguir reuni-los estará em posição de puxar a escada daqueles que ainda não chegaram ao mesmo ponto de desenvolvimento.

Dessa forma, concluímos que a questão acima colocada acontece e é relevante dentro de uma moldura teórica definida materialmente, como é o caso da

Economia Política Internacional¹⁷, independentemente de se manifestar de forma institucionalizada, por meio de regimes e outras formas de compromissos ou por meio do uso direto dos recursos de poder, especialmente no que diz respeito aos direitos de propriedade sobre bens móveis intangíveis, mais especificamente o trabalho intelectual. A questão muda de feição completamente quando o direito de propriedade perde sua força em razão do ambiente desmaterializado no qual deseja impor-se. Isso é mais ou menos o que Gorz diz acontecer quando

“Uma sociedade na qual a plena satisfação de cada um é o objetivo comum a todos define-se essencialmente como uma (...) sociedade que se dá como tarefa e valor centrais a cultura (...) no sentido de cultivar nossas faculdades sensoriais, afetivas, expressivas, corporais; no sentido, como escreve Dominique Meda, de “cultivar seu espírito, laborar, aprofundar, esculpir, pôr em forma perpetuamente as disposições que nos foram dadas, o patrimônio individual e social de que somos dotados”. (André Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág. 63).

Citando outro autor, Gorz fala da necessidade de novos “quadros conceituais, culturais e éticos” para dar conta da crise das “principais categorias da economia política, e particularmente a crise dos conceitos de capital e de valor”¹⁸ provocada pela completa “redefinição de riqueza” que ele está ocupado em demonstrar. Gorz neste trecho discute a redefinição do capitalismo pela sua própria superação que produzirá uma nova economia. Para ele o principal responsável por esta superação é o capital humano. No atual estágio de desmaterialização do valor e do capital, é forte a tendência de emancipação do capital humano do capital material e é esta tendência que promove a superação do capitalismo em direção a uma nova economia¹⁹. Isso pode ser observado nos projetos que as redes livres levam

¹⁷ Definir a moldura teórica materialmente não significa excluir as idéias, ou outros elementos imateriais do quadro que nela se insere. O objeto da análise pode ser os questionamentos e idéias a respeito das circunstâncias específicas em que acontecem certos fatos relevantes para a compreensão das mudanças dos processos produtivos e do conjunto de relações de produção, com a finalidade de desenvolver conceitos e teoria a partir desses questionamentos e não dos fatos e das circunstâncias em si mesmas, e ainda assim manter-se nos limites de uma moldura teórica definida materialmente, como acontece quando identificamos assim a Economia Política Internacional, considerando se tratar da ciência que visa explicar – seja com finalidades normativas, prescritivas ou legitimadoras de certas práticas, ou simplesmente de descrição de fenômenos da realidade – a maneira como a sociedade se organiza na produção e distribuição de riqueza e poder.

¹⁸ “O valor-dinheiro não reflete em nada o valor estético, que por sua vez não reflete em nada o valor-trabalho. O ‘valor intrínseco’ se situa essencialmente fora da economia”. (...). Mais precisamente, os conhecimentos não se prestam a servir como meios de produção (...)” (Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág. 55).

¹⁹ “A economia do conhecimento contém em seu fundo uma negação da economia capitalista comercial. Ao tratá-la como “a nova forma do capitalismo”, mascara-se seu potencial de

adiante se opondo à privatização dos meios de acesso ao que consideram um “bem comum da humanidade” por representar o conjunto de todas as formas de saber. Nesse sentido, os movimentos que se propagam pelas redes livres carecem de uma nova “concepção da economia e da sociedade” (Gorz, 2005, pág.63).

Gorz afirma ter previsto na década de 1980 uma nova classe identificada como “neoproletariado pós-industrial” e que se tornaria o “principal ator futuro de uma mutação cultural antiprodutivista e antiestatista”. Desde então surgiu a novidade da viabilização e ampliação gigantesca do uso da rede mundial de computadores (www) através da qual as redes livres e os trabalhadores intelectuais detentores do seu próprio capital intelectual se organizam como neoproletariado, para onde convergem e “de onde se propagam mundialmente todas as contestações radicais do capitalismo globalizado e financeirizado” (Gorz, 2005, pág. 66). Cita Maurizio Lazzarato quando alega que as pessoas que trabalham para viabilizar e ampliar essa rede visam tão somente à ação conjunta e têm o desejo de “se socializar e de se diferenciar, não pela troca de serviços, mas por relações simpáticas (Lazzarato *in* Gorz, 2005, pág. 67). Assim ele conclui que o movimento *software* livre se constrói de acordo com a lógica contrária à lógica econômica que vem prevalecendo que se movimenta em função exclusivamente de tirar proveito da mercadoria, garantir valor e perfeitas condições de troca. Por isso, se opõe radicalmente a ela, procura escapar dela por meio da produção de saber autônoma e livre e ao mesmo tempo fundamental para a produção de riqueza. Daí surge a pergunta que no nosso entendimento Gorz responde de forma normativa e prescritiva, estendendo para a realidade material, ou tomando como existentes, verdadeiras e relevantes a representação de percepções de aspectos imateriais da realidade compartilhadas por esta rede, correndo o risco de cometer erros teóricos tais como aqueles que levariam a afirmar a subsunção do sistema internacional na sociedade do conhecimento – ambos os termos entendidos de acordo com o contraponto que se desenrola até aqui –, ou como aqueles que List afirma ocorrerem quando há transposição dos conceitos da doutrina cosmopolítica (doutrina porque tem caráter normativo e prescritivo) para a economia política internacional. Gorz, estende para toda a humanidade uma prática que não a atinge

negatividade. O conhecimento, inseparável da capacidade de conhecer é produzido concomitantemente ao sujeito cognoscente” (Gorz, O Imaterial 2005, pág. 55).

por completo, que para muitos é totalmente inexistente ou desconhecida, a fim de obter certos resultados, especialmente confirmar sua hipótese de que está tratando de uma representação da realidade compartilhada pela humanidade inteira.

Dessa forma, acaba preso, ainda que seja para firmar sua posição contrária, aos argumentos que se orientam pela racionalidade econômica e pela lógica do mercado que ele mesmo diz ter sido superada gerando a carência de novidades teóricas e conceituais que ele quer suprir. Nossa interpretação deve-se a sua afirmação, quando fala dos movimentos sociais que se propagam através das redes livres e enfraquecem a propriedade, de que “os princípios do modo de produção livre” se estenderam “até outros campos de atividade social”, e que “o ‘trabalho’ foi revogado em um processo de entendimento comunicativo geral, que todos os envolvidos experimentam como seu poder comum e cujos resultados não admitem propriedade” (Gorz, 2005, pág.68). Na verdade ele não afirma isso, mas pergunta como aconteceu. Para questionar e responder como um fenômeno acontece é preciso aceitar, antes de tudo, que de fato ele acontece. Para ele existe uma disputa entre o comunismo do saber e o capital relativamente à transmissão e acessibilidade do saber e essa semente comunista do saber não é uma “mera visão. Trata-se de uma práxis que, no mais alto nível técnico, foi desenvolvida por homens, sem cujo comunismo criativo o capitalismo não poderia mais avançar.” (Gorz, 2005, pág. 69).

Voltamos ao ponto anterior que nos levou a introduzir a discussão com Gorz, que foi a possibilidade de existir, e a carência teórica que promove uma vez aceitando-se como pressuposto sua existência, um ambiente, um cenário, no qual o direito de propriedade perde sua força. No entanto, conforme foi explicado preliminarmente, e diferentemente de Gorz que estende à humanidade inteira e toma como certa a existência deste ambiente no qual a propriedade não tem força, nossa intenção é fazer um contraponto entre este e outro ambiente que vínhamos tratando como sistema internacional, delimitado por uma moldura teórica definida materialmente no qual são válidos e preciosos os recursos de poder fornecidos pelos direitos de propriedade sobre bens móveis intangíveis, especialmente o trabalho intelectual. Em outras palavras, nossa intenção não é provar a existência da sociedade do conhecimento, mas sim aproveitar a riqueza de argumentos e questões que o pensar sobre o assunto enseja, visando chegar à parte final na qual o objetivo é colocar o trabalho imaterial, ou simplesmente o trabalho

transformado pelas inovações tecnológicas do final do século vinte, dentro de cada um dos dois ambientes e suas respectivas molduras teóricas. Para provar a existência seria inevitável buscar apoio em análises quantitativas que produzem visões limitadas e inadequadas aos estudos que olham para as mudanças e mais detalhadamente para a dinâmica interna da mudança e o motor responsável pelo seu desenvolvimento, como é o caso do presente estudo.

Por outro lado, não devem ser descartados por completo os argumentos fundados em critérios quantitativos, especialmente aqueles usados em teses que não se limitam a levantamentos quantitativos a fim de fazer comparações que sejam capazes de comprovar uma hipótese de mudança ou de repetição. Assim é a tese de Jeremy Rifkin, mencionada por Gorz como parte de um grupo de teses que se apóiam em “estatísticas fiscais americanas, e de classificações sócio-profissionais” (Gorz, 2005, pág. 64), com as mais diversas finalidades. Rifkin escreve sobre a transformação da organização do trabalho determinada pelas inovações tecnológicas e seus efeitos na caracterização de um novo estágio produtivo. Ele afirma que a produção de riqueza cresce à custa da diminuição de emprego. As novas tecnologias diminuem as oportunidades de trabalho apesar de criarem um novo setor no qual cresce a demanda de trabalho: o setor do conhecimento formado por uma “elite de empreendedores, cientistas, técnicos, programadores de computador, profissionais, educadores e consultores” (Rifkin, 1996 pág. xix). Essa elite cosmopolita é formada por “analistas simbólicos” que controlam as tecnologias e as forças de produção. Desse processo decorrem outros problemas, como a distribuição dos resultados da produção global que envolve cada vez menos trabalho humano, o que poderá levar a “uma revolução social e política em escala global” (Rifkin, 1996, pág. 14). Os resultados aumentados pelas novas tecnologias, que fazem parte do conjunto do capital fixo, não podem se limitar à sua função de recuperação ou aumento da taxa de lucro do capitalista, isto é, usado exclusivamente em seu benefício. Rifkin argumenta que a idéia do pensamento econômico neoclássico de que o aumento da oferta gera naturalmente o aumento da demanda não se mostra válida no cenário de degeneração social provocada pelo uso intensivo de tecnologia em prejuízo da atividade humana por diminuir drasticamente a participação do trabalho na produção e, conseqüentemente, na distribuição do seu resultado.

Este é um processo característico do capitalismo que já foi anteriormente identificado como destruição criativa, independentemente da extensão da compreensão que se dá a este termo. Rifkin assim o reconhece também. Por isso explica como desde a primeira metade do século vinte, quando surgem as teorias neoclássicas do pensamento econômico, a propaganda e o marketing, ou a produção de demanda, se tornam fundamentais, muito mais importantes do que o produto e o trabalho investido na produção. “Da noite para o dia, a cultura do produtor transformava-se na cultura do consumidor” (Rifkin, 1996, pág.20). Os empreendedores mudam sua maneira de entender e usar o marketing com a finalidade de produzir mudança no comportamento do consumidor fazendo com que ao invés de poupar preferisse consumir. Sendo assim, torna-se necessário produzir os desejos a serem satisfeitos e para isso o apelo de venda deveria se transferir das qualidades e especificidades do produto para a própria construção da necessidade do consumidor. Ou seja, o marketing e a propaganda ao invés de mostrar as qualidades do produto passam a ter como alvo convencer o possível consumidor da importância de consumi-lo e assim alcançar status e satisfazer necessidades emocionais e outras necessidades imateriais. No entanto, apesar de todo esforço no sentido de produzir desejos e a crença de que eles são infinitos e insaciáveis, a demanda produzida não resolve o problema da diminuição da participação do trabalho no investimento e da distribuição do resultado da produção em favor do crescimento do capital fixo e em razão da inovação tecnológica desenvolvida e aplicada com esta finalidade. Mesmo os empreendedores que pregam esse movimento, visando aumentar suas vantagens são capazes de reconhecer que o “número de empregos gerados por algumas inovações e setores de alta tecnologia é bem menor do que aqueles que eliminam” (Rifkin, 1996, pág. 36). Dessa forma, não há desejo e necessidade que seja capaz de dar conta do consumo do total de produtos e serviços ofertados, se os potenciais consumidores são excluídos do processo produtivo. Assim, os empreendedores apostam no aumento da demanda internacional pela abertura de novos mercados. “Esperam que os novos mercados possam se criados a um ritmo suficientemente rápido para absorver o potencial crescimento da produção da nova revolução tecnológica” (Rifkin, 1996, pág. 36).

Existe uma “super-rodovia de dados que empregará um número cada vez maior de cientistas de computação, engenheiros, produtores, escritores, e

profissionais do entretenimento para programar, monitorar e dirigir as redes” (Rifkin, 1996, pág. 34). Ainda assim cresce o número de desempregados por conta da substituição da atividade humana pela atividade da máquina operada por programas de computador que reproduzem as faculdades humanas demandadas e efetivamente gastas em certas tarefas ou etapas da produção. Assim, conclui-se que a tese de Rifkin se insere em uma moldura teórica da Economia Política Internacional e tem como cenário o sistema internacional diretamente afetado pela transformação da atividade produtiva provocada pela revolução tecnológica. No cenário que ele analisa o direito de propriedade não perdeu a força, talvez tenha mudado de função e aumentado seu alcance por se fundar em um conceito cada vez mais amplo. A transformação do capital variável em capital fixo que ele discute decorre diretamente desse processo de ampliação do conceito e da força do direito de propriedade através das normas e regras da Propriedade Intelectual, elementos essenciais do organismo internacional que se ocupa de, aparentemente, fazer o comércio internacional crescer e assim fornecer soluções para os problemas que Rifkin enumera. Ele fala de efeitos devastadores provocados pelo desenvolvimento tecnológico e que demandam atuação positiva visando proteger os que passam a pertencer a uma legião crescente de despossuídos em substituição à abstenção justificada pela interpretação do processo como destruição criativa característica e inevitável à passagem para uma nova forma de capitalismo. Portanto, fala de um fenômeno conhecido do desenvolvimento capitalista, o que nos faz concluir que sua tese trata de repetições relativamente ao processo através do qual esse fenômeno acontece segundo um raciocínio que também se repete de forma determinista, resumido na deterioração social provocada pelo avanço tecnológico que acompanha a busca constante do empreendedor capitalista de soluções para as crises características e constitutivas do modo de produção capitalista, independentemente de qual seja o estágio, ou a atividade produtiva dominante. Mas ele quer mostrar uma diferença, uma novidade que se apresenta nos efeitos do processo destrutivo provocado pela transformação tecnológica das últimas décadas do século vinte. Por isso se concentra na demonstração de contingências específicas que fazem com que o processo detone efeitos inéditos, não mais a substituição da mão-de-obra humana pela máquina, mas sim o fim dos empregos, sendo certo que isso não significa o fim do trabalho, ao invés disso, sua radical transformação.

Por este caminho retomamos conclusões anteriores, mais especificamente aquelas apresentadas no primeiro capítulo que discute detalhadamente a transformação dos processos de trabalho, sua força promotora de uma nova sociedade, bem como analisa a nova natureza do trabalho a fim de estabelecer o conceito de trabalho imaterial a ser usado dali em diante na compreensão de seus efeitos. No final da segunda seção, dedicada ao processo de criação de uma nova sociedade e à compreensão de sua ontologia, observamos contrastes extremos resultante da convivência de mundos distintos e contraditórios. Em outras palavras, essa é uma das propriedades deste cenário vivo, ou um hiperespaço, que chamamos de sociedade do conhecimento. Nele muitos autores, atores e personagens se apresentam e desempenham funções. Observamos que não estão presentes e nem prevalecem nos vários mundos que nele convivem, promovendo contradições que mantêm viva a dinâmica de sua constante produção e mutação, movimentos de mudanças que indicam inquestionavelmente a inevitabilidade de certo caminho na evolução da atividade produtiva, como se a organização, o conteúdo e as finalidades do trabalho fossem determinadas uniformemente, assim como as condições tecnológicas de cada um. Assim, em suma, reunimos, ou destacamos três mundos que não se confundem com a sociedade do conhecimento e nem estão nela subsumidos, o que significa dizer que não reconhecemos nessa imagem, ou tentativa de representação da realidade, simplesmente uma totalidade fragmentada em várias partes (como tem sido resumida nossa compreensão do sistema internacional), e sim outra natureza de relação de causalidade existente entre esses vários mundos e um espaço analítico cujas propriedades e características são definidas a partir, exclusivamente, de critérios imateriais – imaginações compartilhadas. Conforme foi explicado desde início, procuramos o contraponto desenhado por essas contradições, como um diálogo entre vozes divergentes, e até dissonantes, que se suportam e se reúnem em uma composição ou obra compreensível e apreciável pelo público.

O primeiro deles se encontra em estágio primitivo, totalmente submetido às contingências e determinações da natureza, do tempo e do espaço entendidos como variáveis materiais, tragicamente intransponíveis. Relativamente à atividade produtiva nem se pode enquadrar nos termos da economia, se considerar seu objeto de análise o produto agregado de um povo, ou da economia política como investigação da sociedade relativamente ao processo de sua organização com base

na divisão do trabalho visando à produção de riqueza e poder. Este mundo tem sua existência ameaçada e é um grande problema para a humanidade – tanto do ponto de vista da política internacional como de uma perspectiva cosmopolítica – na medida em que não se pode evitar nem esconder sua miséria. Neste mundo primitivo o processo de acumulação capitalista não chegou a ser detonado, muito menos a atuar de acordo com uma de suas principais características: racionalizando o comportamento e as idéias²⁰. Portanto, no jogo das contradições a respeito das quais falávamos este mundo desempenha função de excluído. Porém uma exclusão inclusiva, na medida em que sua existência não pode ser esquecida e apagada, insiste em se mostrar presente e problemática. Para explicar melhor a idéia, citamos Giorgio Agamben quando questiona como a vida pura – aquela que existe originalmente na natureza – habita o espaço aonde o homem usa a linguagem²¹, o espaço aonde o homem, através da linguagem²², define sua *bios* – sua forma particular de viver – e “separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva” (Agamben, 2002, pág. 16). Por outro lado, em sua função de excluído proporciona uma fronteira a ser ainda conquistada pelo capitalismo totalmente inclusivo, por isso precisa existir e ser mantido na condição de excluído. O que não significa dizer que este é o destino inevitável de todos, e que ainda que fosse, teria obrigatoriamente de ser alcançado por um processo de evolução por meio da experiência de todos os estágios produtivos determinados pelas condições

²⁰ Usamos uma idéia de Schumpeter, considerado um dos mais representativos teóricos do capitalismo. Ele diz que o processo capitalista racionaliza o comportamento e as idéias e para fazer isso, juntamente com a difusão uma crença metafísica busca dentro da mente das pessoas idéias místicas e românticas de todos os tipos (Schumpeter, *Capitalism, socialism and democracy*, 1950, pág. 127).

²¹ Giorgio Agamben explica que na Grécia antiga já se pensava sobre o significado da vida para os homens e para a natureza, uma vez que ambos são seres vivos, ambos têm uma *Zoé*, a vida pura, o simples fato de viver. Não obstante o fato de que todos os seres vivos têm uma *Zoé*, que até mesmo Deus tem uma *Zoé*, Agamben explica que os seres vivos têm voz, porém somente os homens têm a linguagem. Sua explicação se baseia em Aristóteles que entende que a voz pode ser a expressão de dor ou prazer, e por isso dizemos que os seres vivos em geral são dotados dela, mas a linguagem existe para ser usada pelos homens para expressar o conveniente e o inconveniente, o justo e o injusto, o bom e o mau (Agamben, *Homo Sacer*, 2002, pág.15).

²² Parece interessante relacionar a idéia de linguagem que Agamben usa com aquela de Thomas Hobbes anteriormente mencionada: “A mais nobre e útil de todas as invenções foi a da linguagem, que consiste em nomes ou designações e nas suas conexões, pelas quais os homens registram seus pensamentos, os recordam depois de passarem, e também os manifestam uns aos outros para a utilidade e convivência recíprocas, sem o que não haveria entre os homens nem república, nem sociedade, nem contrato, nem paz, tal como não existem entre os leões, os ursos e os lobos (Hobbes, *O Leviatã*, 2003, pág. 29).

tecnológicas de cada tempo. Nada impede que esse mundo primitivo produza trabalho imaterial inserido em um cenário desmaterializado, no qual indivíduos compartilham imaginações e assim constroem novas representações do espaço, vivenciam novas experiências do tempo, e até desmancham noções tais como de exclusão.

O segundo se divide ele mesmo em, de um lado, um mundo em que trabalho e capital ainda se enfrentam em bases territoriais, com a intermediação do Estado através de uma superestrutura político-institucional que garante direitos de propriedade sobre o resultado do trabalho, isto é, a propriedade privada tem força e determina o conjunto de relações sociais. A competição se dá com vistas à produção informatizada desenvolvida em um mundo desregulado comandado pelo mercado global, enquanto a força de trabalho sofre da diminuição crônica de sua participação no produto da economia, na forma demonstrada por Rifkin. De outro lado, como a outra face desse segundo mundo, aparece a produção industrial ligada em redes, informatizada, com controle centralizado e exercido remotamente e tarefas mecânicas inteiramente homogeneizadas pelos computadores. Aquele primeiro grupo mencionado tem parte de sua atividade industrial informatizada, porém a informatização é promovida de fora para dentro, sua participação se limita ao fornecimento de mão-de-obra para atividades de pouco valor, integralmente controladas à distância. No segundo grupo estão incluídos aqueles que vivem integralmente em função do trabalho intelectual e controlam os processos produtivos informatizados. Assim os problemas de poluição e degradação ambiental são suportados pelos primeiros, da mesma forma que os problemas de enfrentamento com a força de trabalho industrial que persistem. Cá neste segundo grupo predominam os serviços prestados pelos “analistas simbólicos”²³. Mas ainda assim, esse segundo mundo, ou cenário, ou camada –

²³ “Analistas simbólicos solucionam e identificam problemas e promovem a venda de soluções por meio da manipulação de símbolos. Simplificam a realidade por meio de imagens abstratas que podem ser rearranjadas, embaralhadas, experimentadas e comunicadas a outros especialistas, e então, eventualmente, transformadas de volta em realidade. As manipulações são realizadas com ferramentas analíticas, afiadas pela experiência. As ferramentas podem ser algoritmos matemáticos, argumentos legais, artifícios financeiros, princípios científicos, conhecimentos psicológicos sobre como persuadir ou entreter, sistemas de indução ou dedução ou qualquer outro conjunto de técnicas para resolver quebra-cabeças conceituais.” (Robert Reich, *O Trabalho das Nações*, 1994, pág. 165). Ver a discussão de Robert Reich em *O Trabalho das Nações*, capítulo 14, a respeito da transformação das atividades produtivas criadora de três categorias profissionais,

dividido ele mesmo por dois grupos, um em desenvolvimento e preso à atividade industrial que produz degradação ambiental e social se reinarem os princípios neoliberais da primazia do livre mercado, e outro desenvolvido vivendo as vantagens de um amplo e sofisticado sistema de proteção à propriedade intelectual como instrumento de expansão global da privatização que tornará finalmente o globo um espaço homogêneo e pacífico – se define por critérios materiais, em termos de sistema internacional onde se desenvolvem as relações políticas e comerciais que os países estabelecem pelos mais variados caminhos. Nele a idéia de trabalho imaterial que predomina é limitada às atividades que resultam na transformação de capital intelectual em capital fixo, portanto, os dilemas que surgem são econômicos, dizem respeito à banalização do valor dos bens imateriais produzidos com o uso intensivo de conhecimento e alto custo de criação por conta do custo baixo ou inexistente de reprodução viabilizado pelas novas tecnologias. De qualquer maneira, são dilemas e provocam crise no conceito de valor.

O terceiro cenário pode ter seu impulso inaugural a partir do primeiro mundo do sistema internacional (uma definição baseada em critério material de espaço) em razão de sua posição de vantagem no que se refere ao domínio das tecnologias que viabilizam sua própria criação, mas extrapola essa noção ou impulso originário e passa a se desdobrar em um hiperespaço dominado por redes, anteriormente abordadas, que produzem novas representações do espaço e experiências do tempo livres de critérios materiais, ao contrário se apresentam como imaginação compartilhada. Não podemos afirmar qual a extensão desse cenário e nem é preciso fazer isso considerando que sua definição de espaço não se baseia em critérios materiais, mas somente no compartilhamento de idéias e imaginações individuais em constante construção e mutação. A riqueza se manifesta como um fluxo incessante de imagens, idéias, obras, conhecimento, saber, informação e sentimentos. Neste mundo o trabalho imaterial manifesta plenamente o seu aspecto que finalmente supera o trabalho cujo resultado se mantém na esfera da apropriação e da valorização econômica traduzida em remuneração para satisfação de necessidades, independentemente da natureza dessas necessidades. Este é o aspecto que se torna predominante, ou, pelo menos

ou três funções do futuro: serviços rotineiros de produção, serviços pessoais e serviços simbólico analíticos; e especialmente a definição de analista simbólico nas páginas 165-167.

vai tomando proporção cada vez mais significativa na promoção de uma verdadeira transformação social. Assim, o trabalho se reúne outra vez à vida, permeando todos os aspectos da existência humana, produzindo a própria vida e a sociedade do conhecimento.

Nas circunstâncias específicas produzidas pela inovação tecnológica, especialmente no que diz respeito à produção e difusão de conhecimento, quando se discute a produção de bens e sua circulação em mercados que se expandem globalmente, estamos falando de outro cenário no qual a estrutura de produção pode ser desterritorializada, informatizada e controlada por sistemas capazes de catalogar, administrar e transmitir um infinito número de dados tornando algumas das atividades humanas integralmente controláveis por computador. Neste cenário o poder se alimenta do controle dos sistemas de compactação, catalogação e difusão de dados que depende da existência e da atmosfera adequada à aplicação de normas de proteção da propriedade intelectual, e das vias de comunicação instantâneas e globais, reguladas pelo princípio do pacto e pelas regras dos contratos elaborados de forma a manter desregulado o controle sobre elas. Por outro lado o conteúdo das mensagens e idéias e as noções desmaterializadas de espaço, tempo e valor compartilhadas por incontáveis indivíduos e viabilizadas pela ampla difusão do cenário anterior são determinadas, ao mesmo tempo em que produzem outra natureza de poder, compatível e valoroso naquele mundo sobre o qual vínhamos falando no parágrafo anterior. O que parece mais interessante é que os incontáveis indivíduos espalhados globalmente e participantes de uma rede infinita em constante desenvolvimento e mutação, que promovem a construção daquele mundo que não carece de propriedade como princípio organizador, continuam, simultaneamente, a desempenhar funções, produzir riqueza e viver a política em ambiente delimitado pela economia política internacional. Ao mesmo tempo em que constroem uma moldura cosmopolítica definida por critérios imateriais para um cenário onde a produção é majoritariamente imaterial no processo de realização e no resultado, vivem no ambiente no qual floresceram o multilateralismo, a certeza da paz e o projeto neoliberal, ao longo da década de 1990, substituídos por políticas nacionalistas e disputas hegemônicas, na virada do século vinte um.

É como se estivéssemos falando de duas maneiras de ver a mesma realidade, de acordo com o cenário sobre o qual acontece e com a moldura teórica que sustenta cada cenário. Para Gorz, são

“duas faces da mesma realidade: a tomada, por parte do capitalismo, das últimas riquezas gratuitas que ele não possuía, e que, aliás, é inapto para produzir; e a resistência que se opõe a essa tomada em todos os domínios em que esta se exerce. Para impedir essa resistência de se cristalizar e de se estender, o capital deve interiorizar pela cultura a dominação que exerce sobre ela. Para o capital é necessário apoderar-se da imaginação coletiva, das normas comuns, da linguagem.” (Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág. 53).

Portanto, conclui-se que o movimento totalmente inclusivo do capitalismo²⁴, através da privatização dos últimos recursos produzidos e controlados pelo homem de forma autônoma e não portadores de valor de troca ou de uso encontra resistência, por um lado, na mudança de rumo representada pela retomada de políticas nacionalistas sem prejuízo do crescimento da economia mundial, comprovando não ser verdadeiro o argumento que se justifica na falta de alternativas ao fim inevitável de qualquer empecilho protecionista. A resistência neste caso não diz respeito à luta de classes e à separação radical do tempo do trabalho do tempo da vida e do crescimento imaterial individual, nem se trata de resistência ideológica ou movida por princípios normativos. Trata-se de resistência real uma vez que, como diz Fiori, interrompe a utopia da globalização, traz de volta ao cotidiano o jogo das guerras temporariamente esquecido, que para ele sempre foi o motor do movimento expansivo do capitalismo e que acontece agora em um sistema internacional ampliado externamente, ocupado internamente por um número maior e ainda variável de elementos. Por outro lado, e diferentemente da resistência real do jogo da guerra, o movimento descontrolado de privatização que insere a tudo e a todos na lógica e nos desígnios do capitalismo encontra resistência no trabalho imaterial, na sua dimensão não economicamente apreciável, produtor de uma nova natureza de poder, que não se fundamenta no direito de propriedade, não compete na esfera do sistema internacional, mas tem força promotora de uma nova sociedade, transformada em

²⁴ O movimento totalmente inclusivo aqui em destaque se equipara ao que Negri e Hardt (Império, 2000) chamam de sociedade do controle que habita o Império, um espaço do qual não se pode fugir, que ocupa todos os espaços, definidos seja por critérios materiais ou imateriais.

todos os aspectos da atividade humana. Na medida em que a nova forma de acumulação capitalista, ou novas formas de capital vão em busca de se apoderar do trabalho imaterial, a despeito da ausência de valor econômico e de sua incomensurabilidade por qualquer critério, a resistência se reforça através de uma maior clareza de compreensão e possibilidade de expressão da sociedade do conhecimento, um cenário emoldurado por um contorno cosmopolítico desmaterializado, desenhado por critérios definidos pela imaginação compartilhada, no qual se desenvolve plena e livremente o trabalho imaterial.

2. Trabalho imaterial: qual a natureza do valor e dos recursos de riqueza e poder que produz na Sociedade do Conhecimento e na Economia Política Internacional?

The novelty of the coming politics is that it will no longer be a struggle for the conquest or control of the State, but a struggle between the State and the non-state (humanity), an insurmountable disjunction between whatever singularity and the State organization. (Giorgio Agamben <http://www.egs.edu/faculty/agamben-resources.html>)

Esta última parte se concentra finalmente na elaboração de uma síntese dos efeitos da transformação do trabalho nas propriedades gerais da sociedade, bem como aqueles que atuam na produção de riqueza e poder na economia política internacional, em ambos os casos levando-se em conta a revolução tecnológica das últimas décadas do século vinte e o uso cada vez mais intensivo de conhecimento em todos os aspectos da atividade humana e das relações sociais. Diante do amplo painel de temas apresentados até aqui e os respectivos elementos que integram cada um deles com suas múltiplas relações de causalidade, antes de tudo é preciso distinguir os efeitos provocados pelas inovações tecnológicas propriamente ditas, notadamente no campo da informação e comunicação – incluindo-se aí a tecnologia digital que transforma tudo em dados armazenados ilimitadamente, catalogados e acessíveis instantaneamente, independentemente da distância que precisem percorrer entre a base no qual se encontram armazenados e o lugar de onde alguém requisita o acesso – daqueles efeitos provocados pela transformação da atividade humana em trabalho imaterial entendido a partir de um

conceito amplo e complexo e considerado existente e central na representação que se faz da realidade²⁵, independentemente de dados quantitativos e do uso de estatísticas e análises comparativas capazes de comprovar esse pressuposto. Ao afirmar que o trabalho imaterial constitui o núcleo do sistema conceitual usado na representação da realidade assumimos que o debate em construção nesta tese define seus objetivos e produz valor na medida em que leva em conta o amplo painel de temas mencionados não para comprovar sua existência e relevância através de dados empíricos, mas para avançar no método de análise, na elaboração de modelos analíticos capazes de aproveitar a riqueza de elementos e relações de multicausalidade entre eles e assim produzir interpretações alternativas, representações da realidade capazes de colocar luz nos caminhos de resistência ao invés de alimentar a força do discurso que vem prevalecendo acerca da inevitabilidade e da falta de alternativas para a manutenção de certas estruturas em ambiente de uso intensivo do conhecimento e de desenvolvimento de uma nova forma de capitalismo – o capitalismo cognitivo.

Conforme discutimos na seção anterior, quando colocamos o cenário e seus personagens dentro da moldura teórica da Economia Política Internacional, podemos perceber a resistência a partir de critérios materiais dentro de uma lógica realista, como é no raciocínio de José Luis Fiori abordado acima que afirma ter havido de fato uma interrupção do movimento em direção à plena realização da agenda neoliberal, para ele a utopia de globalização, vendida e acreditada como destino inevitável da humanidade em ambiente digital. Seguindo este raciocínio a resistência se concretiza pelo jogo das guerras, as políticas econômicas nacionalistas e disputas hegemônicas, sem prejuízo do crescimento da economia mundial, ainda que sujeito a crise, e de forma desequilibrada: a vantagem de uns em detrimento da participação de muitos nos resultados. Mas este é um processo percebido enquanto são observados aspectos materiais que não estão relacionados obrigatoriamente à nova natureza da atividade produtiva. Pelo menos no âmbito da discussão que vem se desdobrando, até este ponto ainda não foram estabelecidos nexos de causalidade entre os dois – uma virada no rumo da economia política internacional decorrente da retomada do uso da força e da

²⁵ Ver segundo capítulo sobre teoria do valor, mais especificamente págs. 108 e 109 sobre a importância do sistema conceitual usado para representar a realidade econômica de cada tempo e lugar.

violência como recurso legítimo e a transformação do trabalho (o conceito e a prática, seu conteúdo, suas finalidades e formas de organização). Por outro lado, tanto um como outro podem ser vistos como movimentos em que a revolução tecnológica atua como mecanismo causal, isto é, a tecnologia é uma variável interveniente tanto na transformação da atividade produtiva como também no jogo das guerras, incluindo-se neste jogo o terrorismo. No entanto, o uso das novidades tecnológicas pelo terrorismo, ou no jogo das guerras em geral não faz parte dessa discussão. Para os fins aqui delimitados nos interessa apenas a idéia de que esse jogo oferece resistência à crença e ao discurso hegemônico da vitória da tecnologia criadora de um mundo pacífico e conectado sem obstáculos políticos para o crescimento econômico. Sendo assim, representa uma trágica alternativa às práticas e ao discurso em prol da desregulação como opção única para o crescimento da economia mundial.

Não obstante a visão materialista acima considerada também se percebe a resistência – e essa é a parte que de fato mais nos interessa para a realização dos objetivos inicialmente estabelecidos relativamente à busca de alternativas às noções prevaletes criticadas neste estudo – a partir de critérios exclusivamente imateriais, como as representações do espaço, vivências de tempo e experiências de troca decorrentes de imaginações compartilhadas por meio de redes de comunicação e através das quais são produzidas e difundidas as mais variadas formas de saber, visões de mundo, assim como novas manifestações, fontes e recursos de poder. Diferentemente do que se concluiu no parágrafo anterior sobre o jogo das guerras e o raciocínio fundado em uma lógica realista, relacionamos esse tipo de resistência não diretamente às novas tecnologias, mas sim a alguns dos processos e transformações que detonam especialmente na atividade produtiva, ou seja, falamos da força de resistência representada por uma nova natureza do trabalho. Em resumo, podemos estabelecer uma cadeia de causalidade começando com a revolução tecnológica que, independentemente dos efeitos que produz no jogo das guerras e sua força de resistência a um determinado movimento da economia política das relações internacionais que vinha prevalecendo e se acreditava definitivo e inevitável, transforma os processos de trabalho e assim produz mudanças sociais significativas, das quais fazem parte a elaboração de um novo conceito de trabalho usado para fazer a representação da realidade onde as mudanças sociais se desenrolam, tornando o trabalho imaterial

predominante na atividade produtiva e em todos os aspectos da vida. Assim, a fim de colocar ordem nas idéias, conclui-se ser necessário esclarecer em cada situação analisada daqui em diante se nos referimos aos efeitos produzidos pela revolução tecnológica em si mesma ou pelo trabalho imaterial de acordo com o conceito já discutido, este último, por sua vez, ele mesmo um desdobramento da primeira.

Por outro lado, considerando mais uma vez todos os assuntos previamente abordados e a pergunta inicial que orientou o desenvolvimento deste estudo, concluímos ser importante ao chegar neste ponto concentrar nos efeitos decorrentes da nova natureza da atividade produtiva, modificada em todos os seus aspectos, desde as faculdades humanas requeridas até a maneira como envolve e ocupa a vida da sociedade, aqui sintetizada na expressão trabalho imaterial²⁶, composto de três aspectos primários – o trabalho comunicativo de produção industrial, o trabalho interativo de análise simbólica e resolução de problemas, e o trabalho de produção e manipulação de afetos. Uma vez identificada a fonte passamos a cuidar de seus múltiplos efeitos para o conceito de valor e para as teorias que visam explicar, com finalidade normativa, prescritiva, ou meramente descritiva, a maneira como a sociedade se organiza visando incrementar suas condições de produção de riqueza, diante da desmaterialização do tempo e do espaço – fatores causais fundamentais na mensuração do valor trabalho que passam a atuar de maneira completamente diferente em razão das novas tecnologias – e considerando que todos os aspectos da atividade produtiva são determinados pelo conhecimento, entendido como um amplo corpo de saber organizado para ser reificado e separado dos produtos em que se fixam e dos homens que o utilizam no desempenho de suas atividades. A esta altura surge uma nova questão, até aqui não debatida em profundidade, que consiste dos efeitos da desmaterialização do trabalho sobre o nexos existente na teoria e na prática entre trabalho e poder, dependendo do cenário, ou moldura teórica, no qual este laço ou elo se desdobra: na sociedade do conhecimento e no sistema internacional todos

²⁶ O conceito de trabalho imaterial foi discutido no primeiro capítulo e a síntese dos seus três aspectos primários aparece em Negri e Hardt (*Império*, 2000). Em *Império* (2000), Negri e Hardt usam um conceito de trabalho imaterial discutido e utilizado também por outros autores, como Lazzarato, Gorz e outros, especialmente os artigos publicados na década de 1990 na revista francesa “Future Antérieur”, conforme apresentado no primeiro capítulo. A noção de analista simbólico foi citada neste capítulo, na primeira parte, quando se discute Reich e Rifkin, ambos autores que se apóiam em dados quantitativos e empíricos, mas fornecem evidências e conclusões usadas pelos outros primeiramente mencionados.

os dois vivendo efeitos do extraordinário avanço tecnológico especialmente no campo da informação e da comunicação. Vale lembrar que a análise desenvolvida em capítulos anteriores com base nas várias feições apresentadas pela relação entre trabalho e valor não tratou das formas e mecanismos através do qual o valor se traduz em poder, e nem se discutiu que natureza de poder o trabalho produz.

Transferimos assim o modelo analítico baseado no elo entre trabalho e valor, para trabalho imaterial e poder, levando em conta mudanças de conteúdo, de fontes de alimentação de recursos e de vias de difusão de um e de outro. De acordo com a discussão apresentada no segundo capítulo, o elo entre trabalho e valor enfrenta um problema preliminar que diz respeito às questões suscitadas ao se analisar o trabalho e a transformação das forças produtivas, consideradas como fatores materiais, a partir de um conceito que tem sua própria história derivada dos questionamentos feitos a cada tempo a respeito da produção de riqueza. Essa história demonstra que o conceito não se define obrigatoriamente por critérios materiais, ao contrário, a tradução do valor – cuja produção é considerada a finalidade última, genérica e fixa da atividade humana – em resultados materiais economicamente apreciáveis envolve a aplicação de recursos de poder. Com a transferência sugerida, a relação que passa a servir de modelo para a análise da atividade produtiva em ambiente de radical mudança tecnológica reúne o trabalho imaterial, um conceito que tem sua própria dinâmica de transformação – examinada internamente como motor criador de uma nova sociedade com propriedades gerais diferentes daquelas conhecidas – e o poder, um elemento que pode ser analisado em abstrato. Apesar de o poder, como categoria de análise, ser tratado, via de regra, como um fator material a observação das relações de causalidade estabelecidas entre trabalho imaterial e poder se localizam também naquele cenário definido por critérios imateriais, como foi discutido na primeira seção. Em outras palavras, queremos dizer que a relação entre trabalho e poder não depende de conceitos definidos estritamente por critérios materiais e nem interessa somente à Economia Política. É possível partir de um novo conceito de trabalho, desmaterializado no tempo e no espaço e capaz de produzir mais do que valor economicamente apreciável e encontrar seu nexos de causalidade com o poder, em sentido abstrato, e cujo conceito também não é único e nem fixo no tempo e no espaço. Quando e se isso acontece, além da crise do conceito de valor surgem novas crises conceituais, mais especificamente, do conceito de poder. Do

ponto de vista da Economia Política Internacional até então ficamos restritos aos conceitos de poder relacional e estrutural. Em vista de tudo que se debateu até aqui intuimos que o processo de desmaterialização que vimos tentando explicar produz seus efeitos também sobre o conceito de poder, sobre as fontes de criação e alimentação, suas vias de difusão e as relações por ele determinadas.

A maneira como a questão foi colocada (como o trabalho imaterial produz recursos de poder e qual a natureza desses recursos?) e uma vez estabelecido o elo que liga trabalho imaterial e poder como modelo analítico para lidar com a questão, a definição prévia de um conceito de poder e a identificação de suas possíveis fontes passa a ser primordial. Vale lembrar que estamos no campo da investigação da vida da sociedade, de como ela se organiza visando à produção de valor, riqueza e bem estar que se traduzem em recursos de poder usados das mais diversas formas com inúmeras finalidades, inclusive na definição do conteúdo material do valor e do modo de acumulação de riqueza. Investigações como essas podem ser feitas em uma moldura cosmopolítica, conforme discutido na primeira seção, porém descartando-se o erro teórico representado pela extensão à humanidade inteira das normas prescritas para a obtenção da prosperidade nacional traduzida em recursos de poder a serem utilizados também na esfera internacional. Falamos de uma investigação da sociedade como categoria geral abstrata e não de uma sociedade em particular com suas contingências específicas. Assim, a investigação se estende à sociedade como fonte de poder e à identificação das fontes desse poder social, o que se faz aqui com base na história do poder contada por Michael Mann. Segundo David Held, Michael Mann faz parte de um grupo de autores que refletem “uma compreensão weberiana e/ou pós-marxista e pós-estruturalista da realidade social, que a considera composta de diversas ordens institucionais ou redes de poder distintas: as de natureza econômica, tecnológica, política, cultural, natural etc.” (David Held, 2001, pág.18).

Mann afirma que “as sociedades são constituídas por múltiplas redes de poder sócio-espaciais sobrepostas e em interseção” (Mann, 1986, pág. 1). Interpretamos a afirmação de forma ampla de modo a entender que a sociedade, ao mesmo tempo em que é constituída, é também a fonte produtora de múltiplas redes de poder que se sobrepõem e se cruzam. Independentemente da interpretação, decorre de tal afirmação a necessidade de explicar a extensão e o

conteúdo do termo sociedade. Mann prefere fazer isso pela via negativa, isto é, mostrando o que não considera satisfatório como uma definição de sociedade. Em primeiro, a sociedade não é uma totalidade, nem mesmo se considerada em seu aspecto geográfico ou espacial. Sendo assim, se não tem uma definição unitária, não há que se falar em níveis, ou camadas. Se não se trata de uma totalidade, não se pode reduzir a noção a uma de suas propriedades gerais como o modo de produção, o sistema cultural, o sistema normativo. A este respeito vale observar que dizer que o trabalho imaterial é o conceito central na representação da realidade da sociedade do conhecimento, não significa reduzi-la ao próprio conceito, por ser o trabalho imaterial uma de suas propriedades gerais. Para alguns autores, o termo entendido como uma totalidade se confunde com estado-nação. Para outros sua definição decorre da cultura, esta também entendida de forma unitária, como uma totalidade: a cultura nacional. Aqueles que rejeitam a identificação com estado-nação procuram equacionar o conceito com as relações econômicas transnacionais. Para Michael Mann, o Estado, a cultura e as relações econômicas representam redes distintas de produção e difusão de poder que se sobrepõem e se cruzam. As várias fontes de poder social – ideológica, econômica, militar e política – estabelecem entre elas relações de multicausalidade determinantes para a organização da sociedade, promovendo também os meios institucionais criados para viabilizar a realização dos objetivos da sociedade. A questão central para ele se resume na capacidade de organizar e controlar os recursos materiais e a maneira como se dá o desenvolvimento dessa capacidade.

As quatro fontes de poder social mencionadas se alternam na função de determinação da forma de organização das sociedades, em razão de maior capacidade de cada uma delas de controlar recursos por um período de tempo. Assim, sua história do poder se baseia justamente na identificação da capacidade organizacional e visa explicar seu desenvolvimento a partir da alternância da fonte determinante da organização das sociedades. (Mann, 1986, pág. 2). Em outras palavras, sua história fornece respostas para os questionamentos sobre de onde vem a força que alimenta a capacidade de organizar e controlar recursos materiais, entendendo-se os recursos como os meios disponíveis para o exercício efetivo desta capacidade. Certamente fornece também respostas para os questionamentos a respeito das fontes que alimentam os recursos imateriais, e mais especificamente a respeito do conhecimento como fonte que alimenta o trabalho imaterial. Neste

sentido, o Estado, a cultura, a atividade econômica, e agora acrescentamos os movimentos sociais, são meios, ou recursos, redes de produção e difusão de poder social, movidas pelas forças decorrentes das fontes identificadas pelo autor, na qual acrescentamos agora o conhecimento como elemento central da atividade produtiva que alimenta o poder produzido e difundido por meio do trabalho imaterial.

Em uma interpretação genérica e ampla, para Michael Mann o poder representa em resumo a habilidade para perseguir e alcançar objetivos através do domínio do ambiente. O poder social carrega sentidos mais específicos, tais como, o comando sobre outra pessoa representado pela probabilidade de um ator em uma relação social conseguir levar adiante sua vontade a despeito da resistência que se oponha a ela. Mann usa a definição de Weber que diz ter caráter distributivo, como se houvesse uma quantidade certa e determinada de poder que hora está com um, hora com outro. O poder de uma pessoa se expressa na proporção da ausência de poder da outra, originando, portanto, um jogo de soma zero. O outro aspecto do poder social Mann busca em Parsons e é chamado coletivo porque através dele as pessoas se reúnem e cooperam a fim de somar suas forças para aumentar seu poder sobre terceiros e sobre a natureza (Mann, 1986, pág. 6). Os dois aspectos do poder social se mantêm em uma relação dialética na medida em que ao estabelecer finalidades coletivas, e assim incrementar o poder coletivo, os homens se organizam e estabelecem a divisão de funções e tarefas. Dessa forma, surgem relações que alimentam e são determinadas pelo poder distributivo, considerando que a divisão do trabalho promove a competição entre aqueles que se organizaram originalmente para incrementar seu poder coletivo. Assim, as pessoas que ocupam posições de supervisão e comando concentram maior poder distributivo do que seus comandados. Por outro lado, os comandados poderão se reunir a fim de aumentar seu poder coletivo para enfrentar quem lhes comanda. No modelo das grandes empresas capitalistas aquele que detém o poder distributivo o utiliza para impedir que o poder coletivo seja alimentado, ou venha a se manifestar. Segundo Mann, o poder coletivo não se fortalece com facilidade, isto é, existe uma dificuldade natural na definição da vontade coletiva de forma a reunir a força individual no mesmo sentido e assim enfrentar aquela outra natureza de poder. Por isso, a ação coletiva de revolta não é tão simples, ou melhor, demanda um esforço e uma capacidade organizacional que nem sempre

são alcançadas coletivamente (Mann, 1986, pág.7). Segundo este raciocínio, concluímos que no modo de produção e acumulação do capitalismo industrial, o poder distributivo do capitalista luta para conter o crescimento do poder coletivo do proletariado organizado com esta finalidade, estabelecendo uma relação dialética que produz uma dinâmica movida pelo enfrentamento entre poder distributivo e poder coletivo.

Michael Mann considera ainda aspectos que conduzem a outros critérios de classificação de poder, sempre levando em conta a capacidade de organizar a sociedade da maneira determinada pela fonte que reúne recursos, ou melhor, que fornece os meios para alcançar os objetivos. Para ele, recursos são os meios, inclusive institucionais, de exercer o poder gerado por uma das fontes. Ele define esses outros critérios de classificação mais especificamente do ponto de vista do alcance de certa forma de organização da sociedade definida por força ideológica, política, militar ou econômica. Assim, distingue o poder extensivo que atua sobre um grande número de pessoas e um vasto território, enquanto o poder intensivo diz respeito à capacidade de determinar regras rígidas de organização e alcançar um alto nível de mobilização. Ou seja, no primeiro caso, o critério de classificação é quantitativo, enquanto no segundo é qualitativo, ambos em termos do alcance da organização. Por outro lado, o poder coletivo, como, por exemplo, aquele que atua sobre a organização e o funcionamento do mercado, pode se manifestar de forma menos organizada. O mercado alimenta o poder coletivo na medida em que através da troca as pessoas realizam seus objetivos, portanto, a sua forma de organização e funcionamento se orienta por este parâmetro. Ao mesmo tempo, a organização e funcionamento do mercado alimentam o poder distributivo, uma vez que se baseia em direitos de propriedade. Portanto, muitas vezes carece de uma organização mais rígida, ou de poder intensivo, para que esses direitos possam ser impostos apesar do poder coletivo investido em prol do seu funcionamento extensivo e, conseqüentemente, de uma ordem mais flexível, mais fácil de ser alcançada e difundida e que não demanda alto grau de mobilização. Por último, Mann distingue ainda poder autoritário, ou impositivo, que envolve comando e obediência, de poder difuso que se espalha de forma espontânea e descentralizada orientando práticas tidas como naturais e resultantes de relações sociais que não envolvem comando e obediência, mas sim o interesse comum (Mann, 1986, pág.8). Esse critério se baseia na capacidade de difusão ou

propagação de acordo com o tipo de relação social envolvida. No primeiro caso, o poder atua entre pessoas vivendo uma relação específica de comando e obediência, portanto o poder se alimenta na medida e atua nos limites daquela relação. Enquanto isso, no segundo caso, o poder se difunde sem limites e não diz respeito a uma relação entre atores em situações específicas, mas exerce uma força de reunião de vários indivíduos em torno de um interesse comum.

Assim, o autor sumariza seu argumento da seguinte maneira:

“Os seres humanos, em busca de muitos objetivos criam várias redes de interação social. As fronteiras e as capacidades dessas redes não coincidem. Algumas redes têm maior capacidade do que outras de organizar a cooperação social de forma intensiva e extensiva, autoritária e difusa. As maiores são as redes de poder ideológico, econômico, militar e política – as quatro fontes de poder social. Cada uma delas implica formas distintas de organização sócio-espacial pela qual a humanidade pode alcançar um conjunto muito amplo, mas não exaustivo, de seus inúmeros objetivos. A importância desses quatro fatores está na sua combinação de poder intensivo e extensivo”. (Michael Mann, 1986, pág. 27).

Considerando a síntese acima é possível analisar as várias combinações que resultam das classificações geradas por critérios diversos. O poder distributivo pode atuar de forma extensiva e intensiva e é autoritário, enquanto o poder coletivo é extensivo, mas pode ser exercido de forma intensiva, e na maior parte do tempo é difuso. Essas várias combinações podem ser analisadas em relação ao trabalho imaterial. Conforme observado acima no capitalismo industrial o poder do capital é distributivo, é intensivo quanto à sua capacidade de determinar regras, e, ao mesmo tempo, extensivo quanto ao alcance da sua forma de organização e ainda é autoritário na medida em que se expressa em relações de comando e obediência. Enquanto isso, o trabalho reúne poder coletivo, extensivo e difuso, podendo ser intensivo em razão da sua capacidade de mobilização, como no caso de greves que provocam grandes paralisações. Da mesma forma podemos avaliar o trabalho imaterial, ou melhor, o poder que ele reúne e alimenta, aplicando-se as várias classificações de poder social organizadas por Michael Mann. Nesse caso, em resumo reconhecemos o poder decorrente do trabalho imaterial como coletivo, extensivo, podendo se manifestar de forma intensiva relativamente à sua

capacidade de mobilização²⁷, e difuso. Ao mesmo tempo, em um cenário de profunda transformação da sociedade em vários aspectos, inclusive no que diz respeito às redes de poder constitutivas dela mesma, as fontes de poder social não podem ser reduzidas às quatro delimitadas por Michael Mann e suas várias relações de multicausalidade. Surgem novas redes de poder constitutivas da sociedade transformada, para os fins dessa discussão a sociedade do conhecimento. Especialmente o poder produtivo decorrente do trabalho imaterial, poder de inventar o futuro, dar a ele um significado, criar novas subjetividades, e desenhar, assim, a sociedade e suas múltiplas redes de poder entremeadas. Daí conclui-se que o trabalho imaterial é ele mesmo um recurso de poder social, produtor de uma das redes de poder constitutivas da sociedade do conhecimento, esta última entendida não como uma totalidade, mas como a reunião de vários mundos contraditórios, cada um deles com suas próprias redes de poder.

Enquanto isso, alguns autores criticam o conceito que aparece na presente discussão como central na representação da realidade da sociedade transformada, como é o caso, por exemplo, do artigo de Sergio Lessa publicado na “Revista Outubro” (n. 8, p. 27-46, São Paulo, 2003)²⁸. Reproduzimos um trecho do artigo:

“As teses de Maurizio Lazzarato, Antonio Negri e Michael Hardt acerca do “trabalho imaterial” têm como um de seus pilares a concepção que o “poder” teria passado por uma profunda transformação nas últimas décadas: se, antes, ele era localizado, hoje se encontraria difuso. Se, no passado, o poder era sempre o de uma nação, de uma classe, de um agente (como um capataz em uma fábrica), de um indivíduo (o burguês), de uma instituição (a política e as prisões), de um discurso (a fala autoritária como um cerimonial do poder); hoje ele se encontraria em difusão por todo o corpo social. De pontual a um poder em difusão: tal alteração tornou, segundo tais autores, não apenas completamente ultrapassada, mas absolutamente impossível, qualquer ruptura revolucionária com a ordem do capital. A tese da “imaterialidade” do trabalho, portanto, é muito mais do que uma interpretação das novas formas de produção e de gerência. Inclui uma concepção política cujo cerne é a proposição de um “comunismo” compatível com o mercado, com o dinheiro, com a propriedade privada e com o Estado” (Sergio Lessa, 2003).

²⁷ A capacidade de mobilização neste caso se baseia na experiência dos movimentos sociais, como aqueles discutidos no terceiro capítulo, formados por redes de indivíduos conectados entre si e dispostos a usá-la para mobilizar um grande número de pessoas em prol de um determinado objetivo que os sensibiliza e de fato os mobiliza para a ação efetiva, ou melhor, a própria rede se transforma em um recurso de poder coletivo e extensivo, construído a partir da soma de indivíduos atuando espontaneamente e organizado de forma autônoma.

²⁸ O artigo mencionado encontra-se na íntegra no endereço <http://www.geocities.com/srglessa/>

A maneira como Lessa interpreta Lazzarato, Negri e Hardt, o leva a concluir que seguindo o argumento dos autores a transformação da atividade produtiva, especialmente no que diz respeito à atuação das inovações tecnológicas, não teria sido promovida e conduzida pelo capital e sim pelo trabalho, isto é, a resistência operária ao modo de produção *fordista* e *taylorista* teria levado a uma falta de mão de obra disposta a aceitar as condições de trabalho oferecidas pelo capital e assim, ficaram os capitalistas em situação de carência de força produtiva a ser suprida pela solução tecnológica. Para Lessa, o argumento desses autores pressupõe a subsunção da sociedade no capitalismo, da atividade produtiva na sociedade, “difundindo por todo corpo social a produção e o poder” (Lessa, 2003). Para ele, segundo os autores que critica a identidade absoluta entre sociedade e capitalismo torna produtivos todos os indivíduos e atividades. Sua leitura da tese daqueles autores nos leva a pensar que interpreta a definição deles de trabalho imaterial como um retorno ao trabalho da pequena manufatura, quando o artesão era responsável por todas as etapas da produção, desde o desenho dos instrumentos de trabalho e da concepção do produto até sua colocação no mercado. Um tempo em que o trabalho era um fim em si mesmo, visava à realização de uma obra definitivamente relacionada com seu criador e não simplesmente de um valor de troca, tendência que veio a se consolidar com o trabalho assalariado e especialmente no capitalismo industrial.

A interpretação de Lessa acima comentada pode ser entendida como uma crítica à moldura teórica pós-estruturalista, ou à construção de um cenário que tem vida própria e é parte integrante e ativa do espetáculo, como na tese desses autores. Essa conclusão decorre da idéia da confusão entre sociedade e capitalismo, da fusão da atividade produtiva com a sociedade, como se a superação de um raciocínio que se organiza com base em forças contrárias, ou complementares, representasse a identificação total, ou a devoração de um pelo outro. Ele exagera o argumento dos autores para fazer sua crítica e assim, seu raciocínio chega ao ponto de identificar aquilo que ele entende da teoria que critica com o pensamento e o discurso neoliberais, conforme apresentado por David Harvey (2005) e comentada no terceiro capítulo, que prega a libertação do homem pelo fim do trabalho, mas, na verdade, pretende por este caminho colocar fim definitivamente à disputa entre capital e trabalho, ou melhor, pretende com o fim do trabalho, por fim à resistência que o poder coletivo do trabalho opõe ao

capital, ou, em termos teóricos, vencer uma relação estrutural constitutiva de sua capacidade e restritiva de sua liberdade. O problema não é afirmar que para esses autores a revolução tecnológica teria sido motivada pela resistência do trabalho ao invés da iniciativa do empreendedor e sim interpretar esse raciocínio como se estivesse fundamentado na certeza de que o poder coletivo teria se manifestado intensivamente conseguindo neutralizar por completo o poder (estrutural) do capital e opor resistência bem sucedida e inquestionável ao regime disciplinar imposto por ele. Ou seja, como se partissem da premissa que de fato a promoção da inovação tecnológica e a criação de um sistema jurídico amplo e robusto o bastante para fazer valer em âmbito global o direito de propriedade sobre bens móveis intangíveis se resume a uma reação do capital à resistência do trabalho – mantendo vivo, dessa forma, o conflito constitutivo dos dois – ao invés de representar a realização do seu objetivo maior de se livrar definitivamente da força de trabalho, do conflito como elemento constitutivo de sua própria existência, e de tornar o modo de produção cada vez mais flexível, aumentando a participação do capital fixo – especialmente os ativos intangíveis – na produção de lucro em detrimento da diminuição crescente da participação da força de trabalho.

Além disso, Lessa não leva em conta a complexidade do conceito com o qual esses autores trabalham, uma vez que reconhecem o “trabalho imaterial” como uma dinâmica viva e em constante produção não somente em um mundo desmaterializado e conectado em rede, mas também na atividade industrial e, sobretudo, no setor de serviços, inserindo em suas pesquisas e teses estudos empíricos, quantitativos, organizados com base na idéia de estágios produtivos, como os de Reich e Rifkin. Para os fins dessa discussão, preferimos entender a metodologia pós-estruturalista dos autores criticados como um meio de superar as disputas estruturais – capital/trabalho e outros conceitos e categorias gerais de análise que formam estruturas determinantes de seus elementos, mantidas pelo conflito constitutivo entre eles – em um ambiente real de profunda mudança da atuação do tempo e do espaço como variáveis essenciais para o funcionamento e a compreensão do sistema produtivo que vinha prevalecendo, e assim avançar na investigação sobre a transformação da atividade humana, da organização da sociedade, da política e da economia. Desse modo pretendem privilegiar a dinâmica de transformação, o método e o processo através do qual a

transformação do trabalho influenciada pela tecnologia vem a superar os movimentos contrários constitutivos das análises estruturalistas e produzir novas redes de poder social que se difundem infinitamente, e conseqüentemente abrem espaço para uma sociedade com características próprias, se transformando em uma máquina de poder produtivo.

Se a crítica em questão diz respeito especificamente ao terceiro aspecto do termo, definido como trabalho de manipulação de afetos, que não é economicamente apreciável – e por isso mais difícil de ser analisado com as ferramentas teóricas marxistas, do liberalismo clássico e neo-clássico, ou da escola protecionista/nacionalista conforme discutidas no segundo capítulo – vale ressaltar que ele por si só não abarca a complexidade do conceito e não deve ser reduzido ao caminho pelo qual todas as atividades e todos os homens se tornam produtivos, fazendo, assim, com que a sociedade seja subsumida no capitalismo. Aplicando o raciocínio de Michael Mann, o trabalho imaterial não é uma totalidade, e sim uma dinâmica múltipla que torna todas as atividades produtivas e produz novas redes de poder social. No entanto, reconhecer o poder produtivo²⁹ de todos os aspectos da atividade humana não significa confundir esta última com o capitalismo e nem tampouco inserir todos os campos e manifestações da atividade humana no modo de produção capitalista. Lazzarato e Negri, no artigo considerado fundador do debate acerca do conceito e do uso do termo trabalho imaterial³⁰, *Trabalho Imaterial e subjetividade* (1991), pretendem criar uma teoria dos poderes, “se por poder se entende a capacidade de os sujeitos livres e independentes intervirem sobre a ação de outros sujeitos igualmente livres e independentes” (Lazzarato e Negri, 2001, pág. 38), portanto, uma definição estritamente qualitativa de uma nova natureza de poder ainda não discutido, nem conceituado porque não havia se manifestado até se formar o cenário delimitado para a presente análise. Em outras palavras, eles falam do poder cujas fontes são as forças e as ferramentas que transformam a atividade produtiva – o

²⁹ O termo “poder produtivo” usado aqui tem origem na tese de Barnett e Duvall (2005) analisada em detalhe logo adiante.

³⁰ Giuseppe Cocco diz que a “maioria desses artigos foi escrito no âmbito do debate francês sobre a reestruturação produtiva, crise do fordismo e transformações do trabalho”. (Giuseppe Cocco, “Introdução” *in* *Trabalho Imaterial*, Maurizio Lazzarato e Antonio Negri, 2001, DP&A, Rio de Janeiro).

conhecimento, e cujo meio de expressão, ou principal recurso, é o trabalho imaterial.

Deixando de lado a crítica à noção de trabalho imaterial conforme definido e usado pelos autores dos artigos fundadores da discussão, bem como o argumento de Michael Mann baseado na sociedade como fonte produtora de inúmeras redes de poder social, passamos a olhar para o tema da relação entre trabalho imaterial e poder do ponto de vista da política internacional. Por esta perspectiva, o que mais interessa, certamente é conhecer e explicar como se desenvolve a habilidade dos atores de fazer com que outros mudem suas políticas. A análise do poder deve, portanto, incluir considerações a respeito de como, por que e quando uns têm poderes sobre os outros, desenvolvendo, dessa forma, uma visão qualitativa. “Porém devemos considerar também as estruturas duradouras e os processos da vida global que permitem ou reprimem a habilidade dos atores de formatarem seu destino e seu futuro”, assim como “as estruturas normativas e discursos que geram para os atores diferentes capacidades de definir e perseguir seus interesses e ideais” (Barnett e Duvall, 2005, pág. 3). Sendo assim, entendemos que para esses autores existem formas diversas de poder que atuam no estabelecimento dessas estruturas e na política internacional. De maneira geral tratam o poder como a capacidade de produzir efeitos sobre as condições e capacidades dos sujeitos de desenharem suas próprias circunstâncias, de definirem as condições de funcionamento do ambiente no qual atuam. Neste caso o poder promove, produz efeitos sobre os comportamentos através das relações sociais em sentido amplo e se expressa de várias formas, resumidas por eles em quatro principais. As várias formas de expressão do poder fornecem diferentes respostas para a pergunta que consideram fundamental: em que aspectos os atores são capazes de determinar seu próprio destino, e como essa habilidade é restringida ou incrementada através das relações sociais com os outros? Vale abrir um parêntese para observar que os objetivos de Barnett e Duvall são diferentes daquele que Lazzarato e Negri declaram ser o deles, relativamente à definição de poder, suas fontes e seu alcance, por isso partem de premissas divergentes. Os primeiros partem do pressuposto que a liberdade dos atores é sempre restringida pelas relações sociais das quais participa direta ou indiretamente, sendo assim, o poder se define genericamente pela capacidade de lidar com essas restrições sem perder completamente a liberdade, ou, em sentido contrário, pela capacidade de restringir

a liberdade do outro. Os últimos buscam uma teoria do poder que parte do pressuposto que as pessoas são livres e intervêm na vida de outras, sem que essa intervenção represente restrição de liberdade de decisão quanto ao próprio destino e vontade da pessoa que sofre a interferência.

No momento interessam as formas de poder que Barnett e Duvall dizem atuar restringindo a liberdade de atores através das relações sociais, particularmente aquelas que atuam sobre a política internacional. A primeira forma eles chamam de poder compulsório e se refere à capacidade de conseguir que os outros façam o que se quer e que não fariam se pudessem escolher (Barnett e Duvall, 2005, pág. 3). Mais adiante, são consideradas as especificidades das circunstâncias e o tipo de relação social na qual essa e as outras formas de poder se manifestam. Por enquanto comparamos a idéia acima apresentada de poder compulsório com o modelo de Susan Strange anteriormente comentado, cujo critério de classificação se baseia nos efeitos produzidos pelo poder, no qual a capacidade observada é chamada de poder relacional. Ao analisar a definição acima à luz do argumento de Michael Mann, cujo critério de classificação se baseia na capacidade de organização e controle dos recursos de poder, podemos dizer que tanto o poder distributivo, como o coletivo é dotado de poder compulsório, isto é, ambos têm capacidade de fazer valer o entendimento e a vontade dos que ocupam determinada posição, ou reúnem certas condições. Em seguida, o poder institucional que atua através da estrutura institucional do sistema internacional, no próprio desenho e formatação das instituições internacionais que funcionarão para vantagem de quem controla as fontes de poder dessa natureza. No argumento de Susan Strange (1988) esta segunda definição se aproxima da sua classificação de poder estrutural. Apenas se aproxima porque para ela as instituições e normas positivas não importam e sim o poder de determinar os temas a serem regulados, as normas a serem positivadas e as questões incluídas ou excluídas da agenda das relações internacionais. No argumento de Michael Mann podemos dizer se tratar de poder intensivo por se expressar qualitativamente, isto é, diz respeito à qualidade da organização, ou

melhor, ao tipo de capacidade necessária para estabelecer uma determinada ordem e para enfrentar as dificuldades impostas ao exercício dessa capacidade³¹.

A terceira forma de expressão para Barnett e Duvall é o poder estrutural que diz respeito à constituição de capacidades e interesses sociais por meio de relações diretas e específicas. Por exemplo, na economia política mundial capitalista o poder estrutural se expressa através da relação mutuamente constitutiva entre capital e trabalho e produz efeitos em suas respectivas capacidades de atuarem um sobre o outro (Barnett e Duvall, 2005, pág. 3). Neste caso particularmente o poder estrutural tem uma dimensão transnacional intersubjetiva, ou de classe, e não passa obrigatoriamente pela atuação dos Estados. Nem por isso, perde sua característica distributiva e autoritária. A diferença desse conceito para aquele acima atribuído à Susan Strange, essencial para algumas das análises no campo da Economia Política Internacional que se orientam por uma lógica realista, é que este último não se baseia em uma visão subjetiva, nem mesmo inclui em seus modelos analíticos a maneira ou o processo de constituição das capacidades e interesses dos sujeitos como fazem Barnett e Duvall; a visão estruturalista realista coloca seu foco nos efeitos do exercício do poder estrutural na distribuição dos resultados gerados nas interações entre os vários atores. Enquanto isso, esse autores privilegiam a natureza da relação entre os atores, tratando-os como resultado dessa relação, tornando a relação, portanto, estrutural na existência de cada um deles.

Por último, Barnett e Duvall falam do poder produtivo que atua em relações constitutivas da identidade e das capacidades dos atores desenvolvidas indiretamente, de forma difusa e não localizada. Dessa forma diz respeito à produção de subjetividades e sistemas de significados cujos efeitos e resultados se apresentam também de forma difusa ao invés de se distribuírem por vias diretas definidas pela posição que cada um ocupa em relações específicas. O significado dado ao termo desenvolvimento, por exemplo, determina conceitos, orienta a

³¹ “O poder extensivo se refere à habilidade de organizar um largo número de pessoas sobre um vasto território a fim de envolvê-los em uma cooperação minimamente estável. Poder intensivo refere-se à habilidade de organizar firmemente e comandar um alto nível de mobilização ou comprometimento dos participantes, seja pequeno ou grande a área e os números cobertos. As estruturas primárias da sociedade combinam poder extensivo e intensivo, e, dessa forma, ajudam os seres humanos em cooperação extensiva e intensiva a alcançar seus objetivos – independentemente de quais sejam esses últimos” (Michael Mann, 1986, pág. 7).

atividade social em certa direção, define o conhecimento a ser produzido com esta finalidade e quem se responsabiliza pela sua promoção. Trata-se, portanto, de poder extensivo, uma vez que, livre de estruturas, é capaz de se difundir ilimitadamente. Porém, o número de pessoas e o espaço sobre o qual atua é indiferente, isto é, muito mais importante é o aspecto qualitativo de seu alcance o que significa dizer que se manifesta de forma intensiva em razão de sua grande capacidade de mobilização, mas não envolve relações de comando e obediência, ou qualquer outro tipo de interação direta e restritiva; é difuso e se espalha através de redes de indivíduos conectados e vivendo relações espontâneas, autônomas e livres de critérios de nacionalidade, território e outros elementos identificados com o poder em sentido genérico. Vale ressaltar que não quer dizer que esses elementos e conceitos não sejam fatores atuantes, mas sim que sua atuação não é restritiva. Essa é a espécie de poder que alimenta os movimentos sociais que têm alta capacidade de mobilização, e, ao mesmo tempo, apresenta as características tratadas por Lazzarato e Negri como definidoras do poder quando seu conceito se traduz na capacidade de um homem livre atuar na vida de outro homem livre e autônomo; poder cuja fonte é o conhecimento – entendido em sentido amplo como saber geral acumulado, a cultura, o estado da arte e da técnica, a estrutura normativa e de significados, e mais tudo que se pensa a respeito desse estado de coisas – aplicado em toda a atividade humana e cujo principal recurso é o trabalho imaterial.

O tema que promove o debate de Barnett e Duvall, antes de tudo, é a idéia de governança global, um tema que dizem ter ganhado imensa popularidade ao longo da década de 1990, e que muda de rumo depois dos atentados terroristas de 2001. De acordo com uma visão em favor da concretização dessa idéia, que não obrigatoriamente é a deles, somente através de mecanismos de governança global os Estados e as pessoas – elementos essenciais das análises de transformações sociais e cuja relação é cada vez mais complexa, movida por um número crescente de fatores mutuamente causais – poderão cooperar e assim evitar o uso de barreiras protecionistas e o renascimento de condições favoráveis aos conflitos duradouros. De um ponto de vista da Economia Política Internacional e segundo Gilpin (1987) este é um argumento definitivamente ligado à lógica e ao espírito normativo do pensamento liberal, isto é, a economia internacional e outras formas de interações existem e se desenvolvem por elas mesmas, independentemente de

cooperação dirigida e de criação de arranjos visando à realização de determinados fins³². Da mesma forma, de acordo com outros autores e teses previamente discutidas, as coisas não são exatamente como pintam os defensores do desenvolvimento de um sistema de governança global; a afirmação que torna inevitável a criação de um sistema dessa natureza não pode ser comprovada. Como vimos em Fiori (2007), a retomada de políticas protecionistas e disputas hegemônicas provocadas pela virada no rumo da realização da utopia da globalização não impediu o crescimento da economia mundial.

Considerando o enorme interesse e quantidade de discussões despertadas pelo tema da globalização e da governança global ao longo da década de 1990, como resultado do fim da guerra-fria e efeito da tecnologia que ampliou infinitamente o espaço de interação simultaneamente à drástica aceleração do tempo, parece ser válido abrir um parêntese para falar dos questionamentos acerca do processo em questão. Tais questionamentos pretendem demonstrar uma mudança significativa, com conseqüências econômicas sociais e políticas, ou legitimar certas teorias e práticas, ou demonstrar que as relações sociais se mantêm inalteradas em termos da estrutura de distribuição de resultados gerados pelas novas condições de produção em um mundo pacífico, livre dos obstáculos representados pelo espaço e o tempo e, assim, supostamente livres da atuação do poder. Em busca de um conceito de globalização, Held afirma de forma simplificada que o termo denota a escala progressiva, a aceleração e o aprofundamento dos fluxos de interação social e este processo amplia o alcance das relações de poder (Held, 2001, pág. 13). Os céticos apostam na continuidade da “primazia do território, das fronteiras e dos governos locais e nacionais na distribuição e localização do poder, da produção e da riqueza na ordem mundial contemporânea” (Held, 2001, pág. 15). Consequentemente criticam e entendem ser desnecessárias as teorias que pretendem explicar mudanças, que aceitam as transformações sociais como existentes e relevantes e discutem novas naturezas

³² Esse comentário de Gilpin está relacionado à tese da estabilidade hegemônica de Charles Kindleberger que ele alega estar definitivamente presa à lógica do liberalismo clássico. “... [T]he theory relates to the existence of an international economy based on the precept of the free market such as openness and nondiscrimination. The theory does not argue that an international economy would be unable to exist and function in the absence of hegemony. International economies obviously have always existed in one form or another. Rather, it argues that a particular type of international economic order, a liberal one, could not flourish and reach its full development other than in the presence of such a hegemonic power.” (Gilpin, 1987, pag. 72).

de poder. Não quer dizer que sejam todos conservadores, ao contrário, muitos deles alegam que discutir a existência de uma nova sociedade e de relações políticas e econômicas inéditas e originais tem função exclusivamente normativa e legitimadora de um quadro pintado na imaginação daqueles que podem obter vantagens ao tornar real o seu próprio imaginário, através de ferramentas teóricas, mantendo inalterada a estrutura de distribuição desequilibrada de resultados. Para eles o termo globalização é uma “construção primordialmente ideológica – um mito conveniente (...)” (Held, 2001, pág.16).

Esta postura cética quase sempre está associada a uma visão realista determinada por critérios materiais. Em uma perspectiva realista o cenário que se desenha apresenta o sistema internacional arrumado conforme os interesses dos países mais poderosos no aspecto econômico e militar. Ou seja, as fontes de poder que determinam a organização da sociedade são a economia e a capacidade militar e se manifestam de forma compulsória e estrutural, por meio do mercado e do conflito militar, ou, segundo Fiori, pelo jogo das trocas e das guerras que são inseparáveis³³. Neste cenário tem voz e texto próprio um número limitado de atores, somente aqueles que detêm os recursos de poder para dominar a cena, o restante faz apenas figuração, isto é, integra o cenário. Contra a postura cética, Held apresenta uma visão globalista que apóia seus argumentos em explicações quantitativas, estatísticas a respeito do movimento dos mercados financeiros mundiais, “pela difusão da cultura popular e pelo destaque dado à degradação ambiental do planeta” (Held, 2001, pág. 18). As visões globalistas acreditam e defendem o poder institucional que opera na cooperação entre Estados e pessoas para a realização daquilo que Fiori chamou de utopia da globalização, comandada por instituições como a OMC e outros organismos multilaterais que atuam com postura de governo, de criador e mantenedor de uma determinada ordem que se diz em princípio ter tudo para garantir a paz perpétua e eliminar as relações de poder, independentemente da sua natureza.

³³ “Para [os economicistas] tudo que não seja resultado das forças impessoais do mercado, ou do progresso tecnológico é teoria ou explicação “conspiratória”. Isso ocorre porque transferem para o plano analítico o que é sua obsessão ideológica: a eliminação da política e do conflito de interesses das classes e dos Estados. Por isso, vêem intenções ou construções “conspiratórias” onde, na verdade, o que existe é o desenvolvimento histórico de um sistema de criação da riqueza que é inseparável do processo de acumulação do poder político” (José Luiz Fiori, 2005, pág. 53).

Voltando a Barnett e Duvall, o ponto que parece interessante no debate deles é questionar por que as teses em defesa de um sistema de governança global como meio de obter o mínimo de cooperação para a manutenção de algum tipo de ordem não discutem o poder; por que não desenvolvem um conceito geral de poder, em princípio, elemento essencial de qualquer discussão que envolva relações sociais e ferramentas de governo? Sendo assim, eles pretendem contribuir especialmente com o campo das Relações Internacionais ao compreender o poder de um ponto de vista de um sistema conceitual autônomo, separado dos limites impostos por uma moldura teórica realista restrita às noções de poder compulsório e estrutural, ou à luz da classificação de Michael Mann, restrita ao poder distributivo e autoritário. Pretendem, portanto, fazer uma taxonomia do poder para identificar “tipos distintos, mas também para apontar as conexões entre eles” (Barnett e Duvall, 2005, pág.4). Vale ressaltar também a interpretação que dão a esta ausência do poder nas inúmeras teses sobre governança global que se multiplicaram na última década do século vinte. Para eles decorre da maneira como a política pós-guerra fria, organizada em torno do liberalismo e em busca da globalização, imprimiu significado, determinou as práticas e a definição de governança global. Em uma análise segundo o argumento de David Harvey (2005) diríamos que a ausência de discussão acerca do poder nas teorias da globalização decorre do projeto neoliberal que floresce neste mesmo período. Da mesma forma, para Fiori, este é o período em que se produziu uma versão da história em que a utopia da globalização é bem sucedida.

Para Barnett e Duvall as idéias de globalização e governança global decorrem diretamente do liberalismo, entendido como uma “categoria na teoria e na prática das relações internacionais” que gira em torno de idéias e crenças tais como da modernização como força promotora da transformação do caráter da política global e da democracia como meio de garantir a paz e a segurança (Barnett e Duvall, 2005, pág.5). Os autores alegam que os princípios liberais geram uma idéia de que o poder não atua na criação de mecanismos de coordenação em prol da realização dos interesses coletivos, ou com a finalidade de solucionar os problemas coletivos, e mais do que tudo, na defesa dos valores coletivos. Os valores liberais mascaram a presença do poder e resumem a idéia de governança à criação de mecanismos para resolver conflitos, realizar os objetivos comuns, superar as ineficiências nas relações de escolha em ambiente de

interdependência. A fim de superar a lacuna do liberalismo e as limitações do realismo relativamente ao conceito de poder, levando em conta suas várias formas e meios de expressão no sistema internacional ampliado globalmente, Barnett e Duvall separam duas dimensões analíticas que formam o núcleo do conceito geral e orientam a organização das distinções conceituais de poder: o tipo de relação social através do qual o poder opera e a especificidade da relação social através da qual o poder atua sobre a capacidade dos atores. A primeira dimensão analítica diz respeito mais precisamente à natureza e à função da relação social na qual o poder opera e assim, podem ser de interação ou de constituição. A especificidade da relação através da qual o poder opera diz respeito à maneira como a relação se desenvolve, ao grau de proximidade ou contato entre os atores, ou seja, se uma parte impõe seu poder diretamente sobre a outra em uma relação socialmente específica, ou indiretamente, por meio de relações difusas. Em síntese eles mostram que o poder atua tanto nas relações sociais de interação, como de constituição. Nas interações diretas entre atores específicos, opera o poder compulsório, e nas interações indiretas e difusas, o poder institucional. Quando são constitutivas as relações através das quais opera o poder, isto é, quando atua na determinação das capacidades e interesses dos atores e a relação entre eles acontece em contato direto em razão de posições específicas que ocupam, o poder é de natureza estrutural. Por último, nas relações constitutivas difusas atua o poder produtivo (Barnett e Duvall, 2005, pág. 12).

Retomamos aqui o questionamento acerca da natureza do poder que o trabalho imaterial produz, lembrando que devem ser levados em conta os vários fatores que formam o elo de causalidade entre trabalho imaterial e poder, para, em última instância sintetizar os efeitos provocados pela transformação do trabalho, tanto em termos da produção de uma sociedade com características próprias e novas redes de poder social, como na distribuição de resultados da atividade produtiva na economia política internacional. Considerando os pontos acima levantados em torno do conceito de poder e mais especificamente a síntese do argumento de Barnett e Duvall, conclui-se que falta, para os fins delimitados inicialmente, uma análise mais detalhada do nexos de causalidade entre trabalho imaterial e poder, do ponto de vista de relações sociais constitutivas, ao mesmo tempo diretas e difusas em que operam, respectivamente, o poder estrutural e o poder produtivo. Apoiados nas várias classificações do poder consideradas até

aqui e nas diversas combinações entre elas acima testadas, finalmente é possível resumir o argumento a partir do qual a análise dos efeitos da transformação da atividade produtiva provocada pela revolução tecnológica poderá avançar: o conhecimento constitui a fonte que alimenta o poder produtivo, cujo principal recurso, ou meio de expressão e exercício é o trabalho imaterial e as múltiplas redes e relações constitutivas criadas por ele, através das quais se difunde o poder produtivo intensivamente. O poder produtivo atua nas relações constitutivas dos sujeitos, ou, em outras palavras, produz subjetividades e significados, determinando, portanto, de forma ainda mais profunda, as capacidades e interesses dos sujeitos em conexões difusas e indeterminadas relativamente ao tempo e o espaço nos quais se desenrolam. O poder produtivo é simultaneamente extensivo, na medida em que as redes através das quais se difunde são infinitas, e intensivo em razão do alto grau de mobilização que obtém. O cenário, ou atmosfera na qual se reproduz e é mais visível e relevante, funcionando como um motor em movimento permanente, é a sociedade do conhecimento, entendido este termo não como uma totalidade definida por um conceito universal, mas sim por uma noção ampla que considera múltiplos aspectos e relações de causalidade, conforme vem sendo elaborada desde o primeiro capítulo.

Ao mesmo tempo, o conhecimento é a fonte do poder estrutural que atua sobre o trabalho imaterial determinando sua condição e força de resistência oposta à “tomada, por parte do capitalismo, das últimas riquezas gratuitas que ele não possuía”, e que, “aliás, é inapto para produzir” (Gorz, 2005, pág. 53). Sob este ponto de vista o poder estrutural determina as capacidades e interesses dos dois elementos – trabalho (em sua nova versão pós revolução tecnológica cujo conteúdo, forma e finalidades são determinados pelo conhecimento) e capital (em sua nova versão pós revolução tecnológica, livre dos constrangimentos do tempo e do espaço e do trabalho agora transformado em capital fixo intelectual) – que são mutuamente constitutivos. O poder estrutural é intensivo em termos da sua atuação localizada envolvendo atores que ocupam posições específicas e da sofisticação e rigidez da regra estabelecida pela elite capaz de determinar a forma de organização da sociedade e controlar os recursos necessários para esta realização. David Harvey, assim como outros autores, questiona como foi bem sucedido e se manteve o projeto neoliberal colocado em prática na década de 1980, ainda depois de ter demonstrado uma profunda desigualdade de distribuição

de vantagens e seu fracasso em garantir o bem estar e a felicidade pregada pelo discurso e a teoria desenvolvidas para legitimá-lo. Em sua resposta alega que as práticas neoliberais foram bem sucedidas apenas do ponto de vista das classes mais altas ou favorecidas, uma vez que “restaurou o poder de classe para elites reguladoras ou criou condições para a formação de uma classe capitalista” onde antes não existia, como na China e na Rússia (Harvey, 2005. pág. 156). O poder de classe ao qual Harvey se refere corresponde ao poder estrutural no modelo aqui discutido a partir de Barnett e Duvall, ou é dotado das capacidades por ele determinadas. O cenário no qual essa natureza de poder se reproduz e se torna visível e fundamental como ferramenta analítica é o sistema internacional. Neste cenário, e dentro de uma moldura teórica da Economia Política Internacional, o poder estrutural de classe não se enfrenta simplesmente com o trabalho em sua versão pós revolução tecnológica, mas também – e especialmente se a análise se orienta por uma lógica realista – com as políticas de retração do livre mercado, políticas protecionistas e disputas hegemônicas dirigidas pelo Estado, frustrando, dessa forma a utopia da globalização, e ameaçando a crença favorável ao desenvolvimento inevitável de instrumentos de governança global que dependem, ao contrário, da retração do Estado, da abstenção das forças de resistência, e do fim de qualquer vestígio de poder coletivo entendido conforme definido por Michael Mann (1986).

No entanto, do ponto de vista da interação que se dá por via difusa entre pessoas espalhadas por redes de poder social que não se enfrentam como classes e nem por razões funcionais específicas, o poder institucional se apresenta relevante, mesmo considerando que nesta interação difusa elas participam com suas capacidades e motivações para ação determinadas previamente pela posição estrutural que ocupam. A manobra neoliberal depende de um sofisticado aparato institucional que garante direitos de propriedade definidos por um conceito amplo o suficiente para privatizar o que sempre pertenceu à esfera do comum, bem como a liberdade dos contratos, e a prevalência desses últimos sobre a lei. Assim, transforma o trabalho intelectual em capital fixo e, ao mesmo tempo diminui drasticamente a participação do trabalho na produção, acumulação e distribuição de riqueza. Essa tendência aparece nas negociações do regime de livre comércio da OMC, particularmente no que diz respeito à proteção aos direitos da propriedade intelectual discutidos no terceiro capítulo. Em resumo, o poder

estrutural determina as capacidades e interesses dos atores; nas negociações e interações difusas entre esses atores cujas capacidades foram previamente determinadas pelo poder estrutural, atua o poder institucional que tem foco nos constrangimentos que os atores suportam em busca da realização de seus interesses também previamente definidos pelo poder estrutural³⁴. Ou seja, o poder estrutural atua na definição e compreensão intersubjetiva dos atores, de suas capacidades e interesses, enquanto o poder institucional atua no uso das capacidades e na realização dos interesses.

Ainda sobre o poder estrutural, Barnett e Duvall alegam que diz respeito às estruturas definidoras dos atores enquanto ser social. O poder estrutural determina a capacidade de cada uma das partes por meio do contato direto de uma com a outra. Ou melhor, a relação é estrutural porque seus elementos são mutuamente constitutivos, um determina o outro através de uma relação que é estrutural para a existência de cada um deles. “O poder estrutural diz respeito à determinação das capacidades e dos interesses sociais” em função da posição estrutural que cada um ocupa em uma relação direta com o outro. Em resumo, “as capacidades usadas nas relações sociais, as subjetividades e interesses dos atores são diretamente moldadas pelas posições sociais que eles ocupam” (Barnett e Duvall, 2005, pág. 18), quando se relacionam em função dessas posições sociais. Portanto, a relação determinada pela posição específica que cada um ocupa é constitutiva da própria capacidade que um usa em contato direto com o outro. No argumento de David Harvey (2005), o poder estrutural conforme aqui definido se identifica com o

³⁴ Se voltarmos ao modelo de Susan Strange, essa idéia de poder institucional resulta desnecessária. Na verdade, não existe para ela necessidade de distinção analítica a partir do tipo de relação que se estabelece entre as partes, se de simples interação, ou se de constituição. De um ponto de vista realista estrutural, interessam primeiramente os efeitos do exercício do poder, isto é, como fica a distribuição dos resultados produzidos e em seguida, como decorrência do primeiro, interessa se esses efeitos são obtidos através da relação direta de forças (poder relacional), ou se através do uso da capacidade estrutural de determinar e controlar as regras do jogo no qual as partes se enfrentam e usam seus recursos relacionais. Susan Strange alega que para a economia política interessa mais o poder estrutural porque determina a capacidade de estabelecer as agendas de negociações e as condições de funcionamento das interações. Em uma tentativa de reunir as duas visões, diríamos que na economia política internacional o poder estrutural corresponde à capacidade de determinar as regras dos jogos, inclusive os que se desenvolvem por vias institucionais, ou por meio de regimes ou qualquer espaço de mediação de interesses e de exercício do poder, bem como as condições dos atores para fazer parte deste jogo institucional. Portanto, o poder estrutural determina a maneira como se desenrolam as interações no sistema internacional, independentemente dessas interações acontecerem por via institucional e difusa, ou por via de enfrentamento direto, bem como as condições e os recursos que cada um dos atores em interação detém.

poder de classe do capital financeiro no regime neoliberal usado para determinar a vontade da classe trabalhadora, ou fazê-la acreditar que quer aquilo que interessa ao capital. Nesta situação o espaço de interação não é mais a fábrica e nem a forma de interação faz mais diferença na relação estrutural entre os dois. Segundo André Gorz (2004) o conteúdo e a forma de organização do trabalho nas condições atuais de produção se caracterizam pelo crescimento da autonomia dentro da heteronomia³⁵. Ao interpretar essa afirmação a partir da noção de poder estrutural de Barnett e Duvall em discussão, concluímos ser esta natureza de poder, determinante das capacidades do capital e do trabalho na relação um com o outro, que mantém a heteronomia do trabalho obstaculizando o crescimento da autonomia.

A relação entre capital e trabalho é movida pelo poder estrutural desde que passam a ser entendidos como classes sociais mutuamente constituídas; as próprias forças, capacidade e interesses de uma classe são identificados através do conflito com a outra, ou melhor, o conflito de interesses naturalmente existentes entre as duas, em razão da posição que cada uma ocupa na relação, é constitutivo de suas respectivas identidades e da sua existência como classe. Não obstante a importância e continuidade do poder estrutural na relação entre capital e trabalho, na medida em que a tecnologia transforma radicalmente a atuação do tempo e do espaço na atividade produtiva, deixa de existir a oportunidade, ou desaparecem certos recursos para o exercício de poder autoritário do capital através das pessoas que ocupam posição de comando e supervisão controlando o tempo e disciplinando o espaço do trabalho comandado, neutralizando, dessa forma, a atuação de poder compulsório que opera na interação direta entre as duas forças não como classes, mas sim como pessoas que estão circunstancialmente em contato direto uma com a outra por razões funcionais. Essa interação direta entre pessoas por razões funcionais na qual atua o poder compulsório se desenrolava no espaço da fábrica no período do capitalismo industrial e vai se tornando cada vez mais difuso no período pós-industrial, especialmente nesse novo formato de acumulação extremamente flexível – o capitalismo cognitivo. Em resumo, neste quadro desaparecem as oportunidades para o exercício do poder compulsório,

³⁵ Ver discussão sobre heteronomia x autonomia do trabalho, baseada em André Gorz (2004), na primeira sessão do primeiro capítulo.

processo que podemos interpretar como efeito direto da revolução tecnológica, mas se mantém o poder estrutural, “mesmo quando não existe uma instância na qual ‘A’ possa exercer controle sobre ‘B’” (Barnett e Duvall, 2005, pág.18), exercido através de métodos renovados, em ambiente em que após ter florescido a doutrina neoliberal segundo Harvey, a utopia da globalização segundo Fiori, se faz notar uma tendência à retomada de políticas protecionistas e favoráveis ao desenvolvimento de conflitos duradouros.

Ao mesmo tempo, assim como a tecnologia desmancha instâncias de interação direta, desmaterializa a relação constitutiva através da qual o poder estrutural se manifesta, ou a torna difusa, não pelo suposto fim do trabalho e outras razões alegadas pela teoria e a prática neoliberais, nem pela completa subsunção da sociedade no capitalismo atribuída ao pensamento pós-estruturalista por alguns de seus críticos. A relação estrutural constitutiva de dois elementos por meio do constante enfrentamento também está sob impacto da revolução tecnológica que promove novas representações do espaço e vivências de tempo, determinando, assim, mudança nas forças constitutivas, na capacidade de definir o significado do conflito constitutivo. O poder estrutural não se manifesta somente pelo contato direto determinado pelas posições específicas que os atores ocupam. Tanto os enfrentamentos constitutivos como as interações cotidianas são difusas e tal dispersão decorre também das inovações tecnológicas, particularmente dos efeitos que elas produzem sobre o tempo e o espaço e sobre o significado e a grande importância do conhecimento não somente na organização da atividade produtiva, mas em todos os aspectos da vida da sociedade. A transformação do trabalho em si mesmo, ou o crescimento do trabalho imaterial como recurso ou meio de expressão de uma nova natureza de poder, assim como a transformação do capital e da maneira como o capitalista, ou o empreendedor atua em razão de um novo modo de acumulação mais flexível, tornam a relação difusa, diminuem as áreas de contato e conflito. O enfrentamento estrutural como classe se dispersa tornando mais relevante o poder produtivo, que, segundo Barnett e Duvall, se confunde em muitas situações com o poder estrutural em razão de ambos atuarem na maneira como as capacidades dos atores são socialmente produzidas.

Considerando o argumento acima, concluímos que o processo de transformação da atividade produtiva detonada pelas inovações tecnológicas e o

desenvolvimento do trabalho imaterial como principal meio de produção e difusão de poder produtivo, provoca uma mudança, assim explicada pelos autores:

“Conceitualmente o movimento é de afastamento das estruturas, *per se*, para sistemas de significação e sentido (que são estruturados, mas não são eles mesmos estruturas), e para redes de forças sociais umas formatando as outras perpetuamente. Neste sentido, a atenção sobre o poder produtivo parece enxergar além (ou pós) estruturas” (...) “O poder produtivo, dessa forma, difere do poder estrutural na sua abordagem à subjetividade. Uma vez que o poder estrutural diz respeito à constituição de sujeitos, ele visa tipicamente relações hierárquicas e binárias de dominação que funcionam para a vantagem daqueles estruturalmente poderosos e para a desvantagem dos socialmente fracos. Em contraste, o poder produtivo diz respeito às fronteiras de todas as identidades sociais, e à capacidade e inclinação para ação dos socialmente em vantagem ou desvantagem, da mesma forma (...) (Barnett e Duvall, 2005, pág. 20-21).

Por esse caminho retornamos à intenção de Lazzarato e Negri de criar uma teoria dos poderes, “se por poder se entende a capacidade de os sujeitos livres e independentes intervirem sobre a ação de outros sujeitos igualmente livres e independentes” (Lazzarato e Negri, 2001, pág. 38). Assim, concluímos que o conceito central da teoria dos poderes que pretendem criar é o de poder produtivo, em constante movimento, promovendo a permanente interferência de homens livres, na vida de outros homens igualmente livres, formatando-se uns aos outros indefinidamente. Da mesma forma, considerando os argumentos de todos os autores mencionados e a discussão ensejada a respeito, concluímos que a representação da realidade decorrente do uso desse conceito demonstra que não obrigatoriamente o exercício do poder resulta na restrição de liberdade de uns para vantagem de outros.

Isso não significa dizer que não haja resistência a esta natureza de interferência, e nem que o poder produtivo se reduz a uma força de resistência ao poder estrutural. É certo que a resistência ao poder estrutural tende a ser mais clara, e em determinadas situações a sua força se realiza indiretamente pela atuação do poder produtivo. Em resposta às desigualdades geradas, muito difíceis de serem superadas em razão da natureza estrutural constitutiva por meio da qual é exercido, o poder estrutural provoca várias formas de resistência. Para Barnett e Duvall quase sempre a resistência se realiza nas ações solidárias promovidas pelas posições de subordinação. Neste caso, a resistência precisa reunir poder coletivo, na forma anteriormente discutida. Os exemplos mais claros “incluem o trabalho

transnacionalmente coordenado e as campanhas anti-globalização dos anos recentes, assim como os movimentos de descolonização e por uma nova ordem econômica internacional” (Barnett e Duvall, 2005, pág. 23) do início da segunda metade do século vinte. Relativamente ao poder produtivo, a resistência se realiza na tentativa dos atores de refazer suas subjetividades e assim interromper os processos e práticas sociais através das quais são produzidas. “Os movimentos transnacionais religiosos “fundamentalistas”, e as organizações violentas que ocasionalmente geram, são muitas vezes interpretados como ilustração da resistência ao discurso da modernidade iluminista ou ao capitalismo global” (Barnett e Duvall, 2005, pág. 23). A doutrina e as práticas neoliberais têm seus próprios recursos de poder estrutural e produtivo contra o qual a resistência se insurge por caminhos já comentados, em resumo, o jogo das guerras, segundo Fiori (2007), e o trabalho imaterial e sua capacidade de produzir resultados que não são economicamente apreciáveis, não podem ser privatizados pelo movimento infinitamente inclusivo do capitalismo em sua nova forma de acumulação, como discutimos no terceiro capítulo. Portanto, a principal resistência ao poder produtivo é exercida por ele mesmo ao enxergar e se organizar além das estruturas.

Na tentativa de aplicar os vários modelos acima, na literatura antes comentada, ressaltamos que David Harvey identifica a resistência à teoria e à prática neoliberais e apesar de não discutir a natureza do poder enfrentado entendemos se tratar de poder estrutural e poder produtivo conforme acima discutido. A resistência para ele está em movimentos como o zapatista, alimentado pelo poder produtivo, bem como nas coalizões de centro-esquerda que ele diz terem tomado conta recentemente da América Latina, disposta a usar seu poder político institucionalizado para resistir às tendências neoliberais já bem difundidas. Neste caso, a resistência das políticas de Estado, ainda que se manifeste através de via institucionalizada, se caracteriza como reação de forças estruturais, se considerarmos os argumentos apresentados até aqui. Segundo Fiori (2007), cujo argumento se desdobra dentro de uma moldura teórica realista³⁶ da

³⁶ Vale ressaltar que a moldura teórica realista, ou o desenho de um cenário no qual o Estado desempenha papel de protagonista, não inclui obrigatoriamente uma visão estruturalista como é a de Susan Strange, diferentemente de Fiori que adota uma visão histórica de longa duração. Apesar de buscar uma teoria de poder global, ele não usa classificações das forças atuantes, tais como

Economia Política Internacional, as políticas liberais foram adotadas na década de 1990 pelos países latino-americanos em troca da negociação de suas dívidas externas. Uma década depois, a “promessa de crescimento econômico sustentado e diminuição das desigualdades sociais” não se cumpriu e a reação à decepção se mostra na “virada maciça e democrática à esquerda, de quase todos os países da América do Sul (...)” (Fiori, 2007, pág.230).

Portanto, a virada e o surgimento de uma força de resistência institucionalizada representada pelos novos governos da América do Sul resulta de uma relação constitutiva, na qual atua o poder estrutural entendido de acordo com o modelo analisado nos parágrafos anteriores. No entanto, quanto ao futuro desse quadro de resistência institucionalizada, o autor não faz previsão a não ser reconhecer o poder da atuação conjunta dos países latino-americanos na definição de disputas hegemônicas. Ou seja, em outras palavras, e em razão de uma visão histórica de longa duração, não se pode saber ainda se a virada, a resistência, é conjuntural ou estrutural, mas a incerteza se deve também à pobreza das idéias e do debate restrito às “milimétricas diferenças que separam uma social-democracia sem idéias próprias e um conservadorismo de uma idéia só, a do medo do ‘populismo macroeconômico’” (Fiori, 2007, pág. 231). Para ele não existem novidades teóricas e novos projetos na cabeça dos intelectuais por isso não há resistência no campo das idéias, a não ser por meio desse movimento de substituição nos governos da América Latina das elites tradicionais por pessoas de origem popular, sem perfil cosmopolita e descomprometidos com as idéias e projetos de governança global às custas da abstenção do Estado relativamente às políticas sociais nacionais e à sua própria função de rede de produção e difusão de poder. Harvey identifica descontentes – e assim potencialmente aptos a promover a resistência – no meio daqueles teóricos, ou pessoas com opiniões e comportamentos influentes que um dia foram os maiores defensores do projeto que agora identificam como problemático em razão dos desequilíbrios que enseja³⁷. Porém, até o momento não partiu dos novos descontentes idéias que

estrutural ou difusa, para explicar a sua constituição. Sua teoria decorre da interpretação da história que ilustra os movimentos dos jogos das trocas e das guerras observados a partir um olhar de longa duração capaz de demonstrar se as circunstâncias específicas indicam novidades ou continuidades.

³⁷ Harvey identifica expressamente nessa posição os economistas Jeffrey Sachs, Joe Stiglitz, e Paul Krugman, assim como George Soros. Considerando os argumentos acerca das várias naturezas de poder diríamos que essas pessoas detêm recursos (meios de difusão) de poder produtivo e ao se

possam efetivamente abrir caminhos alternativos, isto é, por enquanto seu descontentamento não se traduziu em recursos de poder a ser aplicado na resistência ao projeto que no passado defenderam. Resta saber, portanto, se a força de resistência institucionalizada e cujas capacidades e interesses são constituídos pelo conflito (estrutural) em andamento no sistema internacional após mais de uma década de políticas desregulatórias geradoras de profundos desequilíbrios na participação dos resultados do crescimento da economia mundial, reúne poder intensivo, isto é, têm capacidade de mobilização necessária para reforçar sua posição estrutural dentro do sistema. De acordo com os argumentos apresentados sobre os vários critérios de análise do poder, sugerimos que a resposta está no poder produtivo que opera na interação cada vez mais difusa entre Estado e sociedade, na possibilidade dessa relação redesenhar a capacidade e os interesses dos atores desse jogo e assim interromper os processos e práticas sociais que vinham prevalecendo.

Ainda no campo da resistência institucionalizada representada pela virada nas políticas de Estado, vale falar do outro lado do problema que demonstra que o processo político institucionalizado, seja para a atuação do governo ou da oposição, não responde à sociedade, ou não acompanha o processo de transformação que está em discussão nessa tese. Como consequência, George Yúdice afirma que

“os atores mais inovadores no estabelecimento de temários para programas sociais e políticos (...) apostaram na cultura, definida de várias formas, como um recurso já na mira da exploração pelo capital (por exemplo, na mídia, no consumismo e no turismo) e em uma base de resistência à devastação desse mesmo sistema econômico”. (Yúdice, 2004, pág. 19).

Yúdice fala de um movimento crescente de uso e direção da cultura como um “recurso para a melhoria sociopolítica e econômica”, ou seja, para aumentar a participação política (Yúdice, 2004, pág. 25), ou um caminho para fortalecer o poder coletivo de resistência a este estado de coisas que beneficia poucos para o prejuízo de muitos independentemente de qual seja a via a de participação. Ao

tornarem críticos do projeto neoliberal sugerem um “keneysianismo modificado ou uma abordagem mais institucional para a solução de problemas globais – desde uma melhor estrutura regulatória de governança global até uma supervisão mais próxima sobre a especulação indiferente e negligente dos financistas” (Harvey, 2005, pág. 187).

mesmo tempo, esse uso produtivo não descarta o uso da cultura como um meio de produzir demanda de consumo, ou vender ideologias e legitimar o discurso hegemônico em favor da inevitável manutenção de certas estruturas. Para nós interessa a visão do autor de cultura como recurso³⁸, identificada a partir desse ponto como recurso de poder produtivo, na medida em que possa ser entendida e usada no corpo da presente discussão como meio de produção de significados e de expressão de visões de mundo, conseqüentemente, uma rede de poder social e um meio de uns produzirem efeitos sobre outros, sem que para isso precisem ocupar posições definidas estruturalmente e sem que a interferência represente obrigatoriamente restrição. Porém, de toda maneira, a cultura como recurso demanda gerenciamento e dessa forma, não está livre de relações internas de poder, ao contrário. Seguindo este raciocínio, é possível afirmar que o poder estrutural determinou o afastamento do Estado do seu papel de apoio público à cultura, e sua substituição por parcerias do setor público com grandes conglomerados financeiros, desenvolvendo, por esse processo, a cultura como capital. Sendo assim, percebe-se a resistência pelo poder produtivo difundido pela cultura que, por um lado não permite a tomada pelo capital e sua conseqüente mercantilização, e, por outro, cria a figura dos administradores e gestores da cultura que buscam suprir a falta do Estado como fomentador. Por isso, Yúdice diz que o corte das despesas estatais, ao invés de condenar as atividades culturais acaba por se transformar em possibilidade de continuidade, o que interpretamos como reação ou resistência à ortodoxia econômica que impõe pelo uso do poder estrutural uma atitude de abstenção do Estado. Assim, para ele, “o recurso do capital cultural é parte da história do reconhecimento da insuficiência do investimento no capital físico durante os anos 1960, no capital humano dos anos 1980 e no capital social dos anos 1990” (Yúdice, 2004, pág. 31). Portanto, reflète

³⁸ Vale lembrar que para Michael Mann (1986) recursos são os meios de exercício de poder. Por este raciocínio a cultura é um recurso de poder, um meio para obter determinados fins. Para Yúdice, a idéia de cultura como recurso se compara à natureza como recurso (Yúdice, 2004, pág. 13). Sendo assim, entendemos que o homem dela se apropria, e atua sobre ela, para daí criar algo novo, necessário para si mesmo e para os outros à sua volta. A transformação deste algo novo em mercadoria de acordo com a lógica da economia política capitalista baseada em direitos de propriedade, especialmente sobre bens móveis intangíveis, depende da atuação do poder estrutural. Quando esse algo novo retorna ao saber geral, disponível e acessível a todos que se conectam pela rede constituída pela cultura, completa um processo no qual atua o poder produtivo, afastado da lógica estrutural; um poder através do qual um homem livre interfere na vida de outro homem livre.

uma política que envolve o uso de recursos de poder tanto para a sua realização como para a oposição de resistência, independentemente de qual seja a natureza de poder.

Depois dessa longa análise a respeito do poder, é preciso retomar a questão inicial que diz respeito aos efeitos produzidos pela transformação do trabalho, ou mais precisamente, diz respeito ao valor e ao poder produzidos pelo trabalho imaterial. Não que ela tenha sido abandonada, ao contrário, foi objeto de apreciação detalhada a partir de abordagens e perspectivas diversas sobre a produção e difusão de poder nas relações sociais considerando as circunstâncias e contingências específicas criadas pelas transformações produtivas. Inúmeras conclusões podem ser tiradas a partir daí, mas interessa especialmente uma que forneça respostas novas à pergunta que tem como núcleo central os efeitos produzidos pela transformação da atividade produtiva. Na verdade, a pergunta que parece estar por trás, escondida e ao mesmo tempo se mostrando, é uma que questiona se há realmente uma transformação do trabalho decorrente da revolução tecnológica, e se isso é verdade o que há de tão significativo nela que justifique tantas perguntas e o desdobramento de tantos outros temas e perguntas? Por isso a idéia de identificar os efeitos produzidos por uma nova natureza de trabalho. Se os efeitos observados são relevantes no sentido de sugerir alternativas às idéias (ou a falta delas) prevalentes e que geraram um determinado estado de coisas, significa que a força provocadora de tais efeitos é central para a compreensão desse estado de coisas e para as alternativas sugeridas. Os efeitos relevantes mais interessantes para os fins propostos para esta seção, por fornecerem respostas originais e sugerirem alternativas ao pensamento hegemônico relativamente à inevitabilidade de certo estado desequilibrado das coisas, são novas naturezas e conceitos de valor e de poder produzidos pelo trabalho imaterial. A novidade é representada pela possibilidade de perceber uma relação original entre trabalho, valor e poder, decorrente de contingências específicas, e que antes não poderia ser desenhada conforme tentamos fazer, por refletir situações novas, um novo cenário que antes não haviam se configurado.

Antes de prosseguir na síntese dos efeitos, vale lembrar também o contraponto, ou diálogo das vozes aparentemente divergentes desenhado na primeira parte deste capítulo. O contraponto se deu, dentre outras vozes, por um confronto entre espaços analíticos diversos, a sociedade do conhecimento e o

sistema internacional, entendidos como cenários formatados por molduras teóricas diversas e que determinam a cena que neles se passa, independentemente do ponto de vista ser de quem vive a cena ou de quem assiste de fora. Importa que a relação ou nexos original entre trabalho, valor e poder se comporta e se apresenta de maneira diferente conforme participe de cada um dos espetáculos, cada um com o seu cenário. Em todo caso, nunca foi a intenção chegar ao fim deste capítulo com uma lista organizada e exaustiva, ou um quadro capaz de demonstrar as várias cenas que podem se desenvolver na conexão entre os três personagens – trabalho, valor e poder – em cada um dos cenários. De certa forma, isso foi feito na análise a respeito das diversas naturezas de poder os respectivos critérios de classificação geradores dos vários conceitos discutidos. Em termos gerais, a análise de Michael Mann se orienta por um olhar sobre a sociedade como um conjunto de redes de poder social alimentadas por fontes diversas, sendo uma delas a política. Enquanto isso, Barnett e Duvall, querem re-introduzir o poder nas Relações Internacionais depois que uma visão liberal tomou conta da política internacional produzindo inúmeras teses a respeito de governança global como ferramenta de cooperação nas quais não se discute o poder. Ao mesmo tempo, buscam um afastamento da visão realista prevalecente na disciplina através de um olhar ampliado para um contorno cosmopolítico. Michael Mann se concentra na capacidade de organizar e controlar recursos e como se forma e se mantém essa capacidade. Barnett e Duvall se concentram na natureza da relação através da qual o poder se expressa e na maneira como essa relação se desenvolve.

Em resumo, de acordo com as idéias e conceitos acima sintetizados, constatamos que há aspectos da capacidade e dos interesses, e de suas respectivas fontes, que passaram a ser visíveis e relevantes a partir da transformação da atividade humana decorrente das inovações tecnológicas recentes. Da mesma forma, existem relações que passaram a existir, ou tomaram uma dimensão considerável em termos de análise e de avanço teórico, a partir da realização de certas transformações sociais decorrentes da nova natureza da atividade produtiva. Por outro lado, tal constatação não anula a validade de questionamentos genéricos, elaborados não em razão ou a partir de contingências específicas, mas sim para dar conta da questão ampla da Economia Política acerca de como a sociedade se organiza relativamente à produção e distribuição de riqueza. Assim, podem ser adaptadas a um quadro específico e então seria o caso de perguntar

quem concentra o poder estrutural que determina a distribuição dos recursos gerados pelo trabalho num ambiente de revolução tecnológica. Também não anula o interesse acerca da fonte que alimenta esse poder e do processo pelo qual o trabalho se transforma em recursos de poder para que se possa saber o que fazer para mantê-los ou incrementá-los. Para a Economia Política Internacional interessam as fontes do poder, como elas se alimentam e os efeitos e impactos provocados pelo seu exercício sobre a distribuição dos resultados produzidos pelos atores envolvidos. Dentro dessa moldura teórica, cujo cenário é o sistema internacional, podemos identificar como personagens de destaque no atual quadro em foco: o conhecimento como fonte de poder estrutural que atua nas relações diretas em razão de posições específicas, o conceito de valor sob impacto de uma nova natureza do trabalho determinada pelo uso intensivo do conhecimento, e um novo conceito de trabalho aqui sintetizado como trabalho imaterial que produz, entre outras coisas, valor não economicamente apreciável e outras formas de poder cuja fonte também é o conhecimento. A maneira como a relação entre esses três personagens se desdobra no cenário acima está definitivamente ligada às inovações tecnológicas que alteram por completo a atuação do tempo e do espaço na interação entre pessoas, entre capital e trabalho, entre Estado e sociedade.

Ao mesmo tempo destacam-se os novos aspectos definidores da capacidade e dos interesses dos atores e suas respectivas fontes, decorrentes da transformação da atividade humana. Da mesma forma, podemos dizer que o conhecimento é fonte e determina a capacidade e os interesses dos atores e conseqüentemente as relações por meio das quais uns interferem na capacidade e interesses dos outros de forma produtiva e não restritiva, desde que o significado que se dá ao termo conhecimento não seja compreendido de forma reificada, como algo separado dos sujeitos seus criadores e seus beneficiários, objeto de direito de propriedade de quem reúne certas qualidades definidas por lei; desde que tratado como fonte de autonomia do trabalho que não se realiza mais em espaço e tempo disciplinados externamente, e, conseqüentemente não se organiza com base em comando também externo. O conhecimento usado como instrumento de incremento da autonomia do trabalho, transforma o próprio trabalho em recurso ou meio de expressão de poder produtivo que atua de forma difusa e não restritiva, ao contrário, representa a interferência de pessoas livres e autônomas, na vida, na capacidade e nos interesses de outras pessoas livres e autônomas. Isso

não significa dizer que o poder produtivo seja ausente nas relações entendidas, em princípio, como estruturais, como é o caso da relação entre Estado e sociedade, uma vez que a sociedade se transforma ela mesma em razão das novas redes de poder social que surgem. Ao relacionar todos os fatores inseridos no raciocínio acima, e organizando as idéias em outra ordem, concluímos que o trabalho caracterizado pelo uso intensivo do conhecimento (entendido conforme explicado aqui acima) se desenvolve de forma crescentemente autônoma e desenvolve a capacidade das pessoas interferirem umas nas vidas das outras, sem que tal interferência represente restrição à liberdade e capacidade de decidir seu próprio futuro. Ao contrário, resulta em produção de valor que mesmo não sendo economicamente apreciável se traduz em riqueza, em conhecimento, e dessa forma, em mais poder criativo, por dar vida a novas subjetividades e significados que dão sentido à vida, ao mundo, às relações entre pessoas, entre Estados e entre Estados e pessoas, todos vivendo em um ambiente sob impacto das novas tecnologias que alteram o significado do tempo e do espaço desmaterializando esses fatores e transformando-os em produtos do trabalho imaterial e da livre interferência de uns nas vidas dos outros.